



Maria  
Lore S.

---

MUNICIPIO DE ALMEIDA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIDA  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022  
ATA N.º 8/2022

---

---

ABERTURA

---

Ao décimo nono dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, na freguesia de Almeida, no Auditório Municipal, sito na Rua da Fonte da Trigueira, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Professor António Baptista Ribeiro, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e sendo a mesma composta, pela senhora Mariana de Almeida Estevão, na qualidade de Segundo Secretário.

Eram nove horas e quarenta e cinco minutos quando o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Almeida deu início aos trabalhos desta sessão, começando por cumprimentar todos os presentes.

---

AUSÊNCIAS

---

A sessão teve início com a verificação de presenças e ausências, tendo-se registado a falta do primeiro Secretário, João Paulo Pires Rolim, antecipadamente justificada junto da Mesa, e dos membros, José António Isidoro, igualmente justificada com justificação de ordem médica e Amílcar Monteiro de Almeida. O Presidente de Junta de Freguesia de Vilar Formoso fez-se representar pelo Primeiro Secretário, o senhor Carlos Manuel Monteiro Santos Pereira. O senhor José Manuel Fernandes Gonçalves foi substituído por João Alexandre Silvestre Fabião.

---

ORDEM DO DIA

---

Pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi declarada aberta a sessão com a seguinte Ordem do Dia:

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

II – ORDEM DO DIA

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e Situação Financeira do mesmo, a que se refere a alínea c), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;
2. Atribuição de Subsídio à União de Freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha (Alínea j), do n.º 1, do art.º 25.º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro);
3. Participação Variável no IRS – Ano 2023;
4. Imposto Municipal sobre Imóveis – Ano de 2023;
5. Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Lei das Comunicações Eletrónicas (LCE);
6. Avocação de Competências – Autoridade de Transportes CIMBSE;
7. Extinção da Associação de Municípios do Vale do Côa;
8. CIMBSE – Tomada de Posição sobre o Traçado de Alta Velocidade Ferroviária – Lisboa/Porto e Carregado/Soure;
9. Projeto de Regulamento Municipal de Benefícios e Incentivo ao Investimento;
10. Projeto de Regulamento do Imaculada Business Center;
11. Projeto de Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial de Vilar Formoso;
12. Transferência de Competências para as Autarquias locais – Lei 50/2018, de 16 de agosto e Decreto-Lei 57/2019, de 30 de abril – Atas das Assembleias de Freguesia;
13. 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022 e 13.ª Modificação aos Documentos Previsionais 2022;
14. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023;
15. Mapa de Pessoal para 2023;

MAIS  
Lares.

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO (Art.º 20.º do Regimento da Assembleia Municipal).

---

*I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA*

---

### **1 - LEITURA E APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Baptista Ribeiro, em ordem ao estatuído no n.º 2 do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, deu conta da ata da sessão anterior, a ata n.º 7, do dia 26 de setembro de 2022, tendo a mesma sido colocada à apreciação dos membros do órgão.

Pedi para intervir o senhor Presidente da Câmara para solicitar a correção, na página oito, para “Diretor da Região Centro”, em vez de “Diretora”.

Colocada a votação a ata n.º 7, da sessão ordinária ocorrida no dia 26 de setembro de 2022, foi a mesma aprovada, por maioria, com 1 (uma) abstenção.

## 2 - INFORMAÇÕES GERAIS

### 2.1 – Resposta do Gabinete do Ministro da Saúde ao Voto de Protesto

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foi recebida uma resposta da Chefe de Gabinete do Ministro da Saúde, Sandra Gaspar, datada de vinte e um de outubro de dois mil e vinte dois, ao Voto de Protesto, apresentado por esta Assembleia Municipal, no “ponto 7 – Voto de Protesto e Reclamação Junto dos Serviços de Saúde”, da sessão 6 de 27 de junho do corrente ano, aprovado por unanimidade e cujo teor fazia referência à deficiente prestação de serviços básicos de atendimento, nomeadamente consulta aberta, motivada pela falta de médicos, dificuldade na marcação de consultas de medicina, reivindicando também que seja repostos o SAP – Serviço de Atendimento Permanente, retirado há 12 anos.

O senhor Presidente da Assembleia procedeu à leitura da resposta. Após o seu término disse que aquando da Ordem do Dia, irá propor à Assembleia acrescentar, neste enquadramento, um novo ponto na Ordem do Dia. Disse que não se conforma com este tipo de resposta, principalmente depois de ter estado presente no Conselho Municipal de Saúde, na semana passada e de lá se ter amplificado questões que assoberbam ainda mais esta problemática da saúde.

### 2.2 – Eurocidade Porta da Europa

O senhor Presidente da Assembleia falou relativamente a uma Certidão de Reunião de Câmara, no âmbito da Eurocidade, pedindo ao Presidente da Câmara que prestasse os esclarecimentos relativos ao porquê do envio do documento aos membros da Assembleia.

O Presidente da Câmara tomou a palavra para esclarecer que esta Certidão foi emitida após a Reunião de Câmara Ordinária n.º 20, realizada dia 15 de novembro do corrente ano, explicando que o documento atesta a aprovação do senhor Presidente da Câmara para representar o Município na assinatura da escritura da Eurocidade, e de todos os documentos relacionados com o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) Eurocidade Porta da Europa, encontrando-se já no processo final e que trouxe este assunto à Assembleia, apenas para conhecimento dos membros.

### 2.3 – Voto de Pesar por Francisco dos Santos – Membro da Assembleia Municipal

O senhor Presidente da Assembleia apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento no passado dia 14 de novembro do membro desta Assembleia Municipal, o senhor Francisco dos Santos. Em sua memória evocativa, disse que nas cerimónias fúnebres, nas palavras que a sua filha pronunciou, havia dito que tinham muito orgulho nele e que tinha sido um bom Presidente. O Presidente da Assembleia quis acrescentar que o Francisco, “Chico”, como era conhecido pelos mais próximos, foi um grande Presidente. Emigrou cedo, de tenra idade, esteve alguns anos em França e quando regressou à terra natal, Miuzela, foi um homem da ação política, como Secretário e Presidente da Junta muitos anos. Para além dessa sua ocupação, descreveu-o como um homem dinâmico, sempre atento aos problemas da Freguesia, mas também na área social. Foi Presidente do Centro Social e Desportivo da Miuzela durante muitos anos, era um grande entusiasta do rancho folclórico e dava um excelente contributo com a excelente voz de fadista que tinha. Concluiu dizendo, que é essa a memória que se tem do Francisco e é assim que o pretendem recordar. Perdeu-se um grande Miuzelense e que ele perdeu um grande amigo. Que descanse em paz e em sua memória pediu que se guardasse um minuto de silêncio.

Handwritten notes: a checkmark and the name "MARIA LANE S." written vertically.

### 3 - INSCRIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA PARA ANTES DA ORDEM DO DIA

Pelo senhor Presidente foi aberta a inscrição para uso da palavra.

Inscreveram-se pela seguinte ordem, os membros Tânia Martinho, Sónia Cunha e Maria Helena Alves.

→ - -  
Mário  
Alves.

Usou da palavra a senhora Tânia Martinho para solicitar ao Presidente da Assembleia Municipal e à Mesa, que fiquem registadas as intenções de voto de cada um, ficando explícito o nome e o respetivo voto.

Usou da palavra o membro Sónia Cunha, Presidente de Junta de Freguesia de Almeida, para falar de uma questão relacionada com a poluição, resultante dos restos de resíduos e entulho depositados nos caminhos. Disse que, recentemente, surgiram resíduos de obras num terreno da Junta da Freguesia. Disse saber que é obrigatório esses resíduos serem recolhidos e encaminhados, contudo, a Câmara não tem essa solução, pelo que disse gostar de saber o que é que o Município pretende fazer para resolver este problema de poluição, seja ao nível de assumirem a recolha ou haver maior fiscalização.

Usou da palavra a senhora Maria Helena Alves que começou por agradecer o voucher que lhe foi entregue para uma experiência no Picadeiro d'El Rey e, no âmbito e na sequência desta oferta, disse que tentou utilizar o voucher oferecido para a experiência nas Termas da Fonte Santa pois disse ter a informação de que as massagens que ali se fazem são excelentes, contudo disse que não o conseguiu utilizar. Nesse sentido, disse querer perceber se foi feita uma análise da utilização destes vouchers, tentar saber da eficácia da distribuição dos vouchers, aconselhando a que no próximo ano, o serviço seja apresentado de maneira diferente, que esteja disponível não só para os visitantes do concelho, mas também para os visitantes em geral, porque senão acaba por não ser eficaz. Continuou a sua intervenção, colocando uma questão que tem a ver com a Ribeira de Vilar Formoso, sendo sua opinião de que se deveria tentar tirar, nesta fase que chove muito, os detritos que ali se acumulam, e saber se será possível fazer, naquele local, uma represa ou algo que fizesse com que aquele local tivesse sempre água durante o ano, criando uma envolvente mais simpática. Disse ter mais uma questão, relacionada com a rua que é paralela à Rua do Comércio, em frente ao Café Carvalho, há uma casa que está em ruínas e que tem estado a deixar cair telhas para o chão com risco para as pessoas que circulam junto à edificação e com risco também para os automóveis que estão estacionados, pretendendo saber se a Câmara poderá fazer alguma coisa. Concluiu a sua intervenção dizendo que concorda com a proposta do senhor Presidente da Assembleia relativamente à questão da Saúde.

O senhor Presidente da Assembleia solicitou que se retificasse a pontuação da Ordem do Dia, uma vez que, por lapso, o primeiro assunto passa para o terceiro. Seguidamente deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para poder responder às solicitações e questões levantadas.

O senhor Presidente da Câmara começou por cumprimentar os membros do órgão. Em resposta à senhora Presidente de Junta de Freguesia de Almeida disse que concorda que aquele assunto é verdadeiramente um problema, mas disse que a legislação obriga a que em cada obra realizada o empreiteiro tenha o plano de valorização de resíduos, mas o que, realmente acontece é que o trabalho de deposição não é feito nos locais que estão sinalizados para o efeito. Disse que falta mais consciencialização dos empreiteiros, dos próprios donos de obras e fiscalização. A fiscalização pode ser feita pela Câmara, mas também por outras entidades como a Guarda Nacional Republicana. Disse que há soluções no distrito que foram pensadas para este problema, questões até mais privadas e há a

possibilidade de utilizar o ecocentro para depositar pequenas quantidades, até um metro cúbico. Disse que haver uma solução no concelho obriga a uma legalização e um projeto que envolve algum investimento. O mais próximo que existe são as utilizações e valorizações que estão a ser feitas junto a pedreiras.

di-  
MARIA  
Lanes.

Relativamente à questão levantada pela senhora Maria Helena Alves, dos voucheurs, disse que a utilização tinha sido muito reduzida e quanto à procura que referiu disse que poderá, eventualmente, ter coincido com uma altura de muita utilização dos serviços. Mencionou que há um número limitado de funcionários habilitados a fazer determinados serviços. O período de maior procura vai de meados de junho a meados de setembro. Após esse período será mais fácil conseguir com maior rapidez a marcação desses serviços que obrigam a marcação prévia. Mais referiu que as Termas, neste momento, não têm uma gestão comercial, mas sim mais social, sendo um serviço que o Município coloca à disposição da população. Quanto à limpeza da Ribeira dos Toirões disse que é uma constatação que é necessário fazer limpeza, referindo que as intervenções que já fizeram na ribeira foram necessariamente para tentar combater alguns problemas que ali subsistem, dizendo que existem infiltrações de águas residuais nas águas pluviais, tendo-se vindo a fazer as intervenções nas imediações para garantir que isso não aconteça, mas ainda acontece, infelizmente. Mencionou que já pediu para se fazer uma intervenção maior na zona da Ribeira, dizendo que concorda com a ideia da senhora Maria Helena, de ali haver um espelho de água, dizendo que tal já foi pensado, mas esse projeto obriga a licenciamentos para se conseguir fazer, não é só querer. Referiu que ainda não estão nessa fase pois primeiro é necessário fazer um estudo para a valorização da Ribeira na sua globalidade, para se deixar feito um Plano de Intervenções. Mencionou que existem várias solicitações, frisando que a localidade de S. Pedro de Rio Seco também pensa em ter uma zona de valorização de um espaço junto à Ribeira dos Toirões, mas nesta altura ainda estão muito débeis para fazer esse investimento. Relativamente à casa em ruína, confirmou, questionando a senhora Maria Helena Alves sobre a casa em questão, dizendo que a vão referenciar para, posteriormente, se verificar e colocar a Proteção Civil a intervir.

Pediu a palavra novamente a senhora Maria Helena Alves para dizer que não pretendia com a sua intervenção queixar-se dos funcionários das Termas, mas sim para dar a sua opinião de que considera que a forma como este serviço está a ser disponibilizado não é eficaz. Disse que se pretendem somente servir as pessoas do concelho em termos imediatos de fazer a massagem, podem fazê-lo durante todo o ano. Contudo, se se pensar que isto pode trazer turismo ao concelho precisam ter este serviço disponível na altura que as pessoas vêm cá, sendo esta a que ela estava a equacionar pois utilizar-se-ia as Termas como uma ferramenta de divulgação e atração ao concelho e por isso lhe parece importante haver disponibilidade no período de férias que as pessoas podem vir e que é precisamente julho e agosto. Compreende que isso implica a necessidade de haver mais pessoas preparadas para fazer este serviço e, por outro lado, haver uma maior flexibilidade dos recursos humanos para fazerem este tipo de serviço, senão depois há o deprender do chamado funcionário público, faz aquilo e não faz mais nada, sendo sua opinião que não é com isto que se desenvolve uma instituição, falando de forma generalizada e não no caso particular só da Termas. Disse que apenas acredita que as Termas podem ser um instrumento importante para o desenvolvimento do concelho.

O senhor Presidente da Câmara respondeu que se calhar não foi perceptível o que pretendeu dizer. Esclareceu que metade dos atuais funcionários das Termas não são funcionários públicos nem da

Câmara, foram pessoas contratadas para prestarem os serviços. Há funcionários a fazerem o acompanhamento de equipamentos de utilização livre e que eles estão ali apenas para orientarem na manutenção e utilização dos referidos equipamentos e outros serviços de SPA precisam mesmo de marcação prévia. Disse que, por outro lado, os serviços de SPA precisam de marcação prévia, sendo raro conseguir-se fazer esse serviço com marcação na hora. Informou que no ramo da hotelaria têm vindo a ser feitos alguns acordos, inclusive, com alguns vizinhos, no sentido de proporcionar a frequência e a utilização das Termas, mas sempre com marcação prévia, para terem os recursos humanos necessários para se poder fazer o serviço. Acrescentou que, contudo, não são infinitos. As Termas não têm viabilidade financeira, dizendo que estão a dar uma viabilidade social. Para funcionar precisava de ter um hotel que trabalhasse diretamente com as Termas. Os hotéis que têm aqui no concelho, são poucos para fornecer esse tipo de clientes para ser viável. Concluiu, dizendo que apenas ficou preocupado por ter procurado o serviço e que não lho tenham conseguido agendar. O senhor Presidente da Câmara aproveitou o enquadramento para informar sobre o voucher distribuído aos membros da Assembleia Municipal para uma experiência no Picadeiro d'El Rey e que o Município estava a oferecer, no sentido de divulgar este equipamento municipal, dizendo que o colocam à disposição para conhecimento e utilização de todos.

MARTINHO  
LARS.

Continuou a sessão o Presidente da Assembleia. Disse que, em relação à questão levantada pela senhora Tânia Martinho tomou nota e vai considerar, fazendo decerto o que solicitou, não sendo inconveniente nisso.

O Presidente de Assembleia propôs para fazer parte integrante da Ordem do Dia, como ponto 16 (décimo sexto) a resposta à carta enviada pelo Gabinete do Ministro da Saúde ao Voto de Protesto. Colocada a votação, a proposta de inclusão na ordem do Dia do assunto supramencionado foi aprovada, por unanimidade.

---

## II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

---

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu o período da Ordem do Dia pondo à discussão o primeiro ponto:

- 1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo (alínea c), do n.º 2 do artigo 25, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;**

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, afirmando este colocar-se à disposição para responder a qualquer questão. Pediu desculpas por ter feito chegar o documento um pouco em cima da hora, mas por vezes não é fácil conseguir obter a informação toda para remeter. Referenciou que se tem preocupado em melhorar o documento e que o mesmo mostra a maior parte da atividade que a Câmara realiza e do muito que é feito no concelho.

Interveio o senhor João Filipe Coelho, onde procedeu à leitura do Voto de Protesto do Grupo do Partido Socialista em sequência da falta de resposta do Município aos vários pedidos de informação

efetivados relativamente à Empreitada “Revitalização da Zona Comercial de Vilar Formoso”. O documento fará parte integrante desta ata, como anexo 1.

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, que disse que todas as comunicações ou pedidos feitos por membros ou cidadãos são solicitadas informações e são colocadas de forma transparente para se poder responder a essas questões e solicitações. Disse que queria que também ficasse registado que foram solicitadas diversas reuniões com membros da Câmara, do Partido Socialista e que tiveram em reuniões diretas com os Serviços onde puderam perguntar tudo aquilo que quisessem perguntar sobre a realização das atividades que estão em curso. Afirmou que se há alguma dúvida que digam diretamente e tentarão responder. Disse que a falta de transparência que querem fazer transparecer não existe porque coloca transparência total em cima de qualquer assunto que vá à Câmara Municipal. Contudo, coloca em questão se conseguem responder às questões todas e talvez não consigam. Disse que encaminha sempre as solicitações aos Serviços para que possam responder, podem é as respostas não serem satisfatórias, mas têm é que dizer que estão insatisfeitos com as respostas e não que não respondem.

MARINHO  
Lana S.

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro Tânia Martinho, que disse que pretendia esclarecer a questão referenciada no Voto de Protesto, em relação à transparência, dizendo que tinha a ver com a elaboração do relatório e não especificamente com a não resposta e não publicação. Disse que lhes foi dito que já foi uma prática do Município em tempos, mas que eles não tinham tido acesso a esses relatórios nem vieram para discussão à Assembleia Municipal, pelo que tem a ver com esse instrumento de trabalho e não somente com a questão da documentação.

Pediu para intervir o senhor Carlos Pereira. Disse que o processo comunicacional entre o Município de Almeida e a Junta de Freguesia de Vilar Formoso não tem primado pela eficácia e eficiência. Disse que apesar das diversas solicitações realizadas junto do Presidente, quer em reuniões presenciais, quer em reuniões de Executivo, continuam a verificar a realização de projetos e atividades sem permitir que o Executivo da Freguesia seja consultado ou dê qualquer tipo de sugestão, que possa participar na sua realização e dinamização, promovendo uma melhor interligação entre as duas entidades, dando o exemplo do dia anterior, que coexistiram em Vilar Formoso, dois Pais-Natal e não haviam crianças para os dois.

Tomou a palavra o Presidente da Câmara para responder ao senhor Carlos Pereira que a relação de que falou tem de ser dos dois lados e não pedir que seja só do lado da Câmara. Mais acrescentou que está e estará disponível para fazer as reuniões que sejam necessárias realizar.

Pediu para intervir novamente o senhor Carlos Pereira para dizer que em novembro deste ano, a Junta comunicou a realização desta atividade à Câmara, inclusive solicitando algum apoio financeiro, que ainda não foi deliberado, no entanto, não foi recebida qualquer comunicação prévia a informar que a atividade da Câmara ia ser realizada em Vilar Formoso. Deu os parabéns pela iniciativa, mas no seu entender, esta deveria ter sido concertada com a Junta para evitar a duplicação destas situações, que têm acontecido por diversas vezes este ano.

O Presidente da Câmara respondeu que ainda bem que a Junta está aberta a colaborar e que a Câmara fará essa diligência quando considerar que o deve fazer. Quanto ao evento em concreto que citou o senhor Carlos Pereira, mencionou que o evento foi lançado com a Junta de Freguesia de Vilar

Formoso, o Ayuntamiento de Fuentes d'Oñoro e o Movimento, não estava lá a Câmara Municipal, e foi publicitado dessa forma, contudo, a Câmara continuou a trabalhar em parceria.

O senhor Carlos Pereira disse que não mencionou que a Câmara estaria ou não envolvida, mas sim que aquela atividade foi previamente comunicada à Câmara Municipal da sua realização em novembro, dizendo que eles não tiveram informação de que nessa mesma data estariam programadas outras iniciativas semelhantes, para não dizer iguais.

Tomou a palavra o Presidente da Assembleia para dizer que, uma vez que é colocado o Voto de Protesto, o mesmo terá de ser votado. Disse que vai votar contra face às justificações que ali foram dadas. Disse concordar que todos os representantes eleitos, cidadãos, e o Município em particular devem esforçar-se em ter uma boa comunicação com todos os municípios. Contudo, recorda que numa das últimas Assembleias, sem saber precisar em qual, foi dito que o Relatório tinha melhorado substancialmente, concordando com isso, pois lê-os atentamente e também ele verificou essa melhoria. Nesse sentido, julga que o Município correspondeu ao solicitado no sentido de melhorar esses relatórios. Para além disso, pelo que ele percebeu foram dadas respostas ao que havia sido solicitado. Enquanto um membro da Assembleia tentava dialogar com o Presidente da Assembleia, este afirmou que foi essa a sua percepção. Disse que os Serviços Técnicos responderam, sendo essa a sua interpretação. Disse, respondendo ao senhor deputado, que pode não concordar com as respostas e que elas não o satisfaçam, mas isso é abstrato, o que é um facto é que foi dada a resposta. Continuou dizendo, que não queria diálogos e que daria a palavra no final da sua intervenção.

Interveio o membro João Filipe Coelho para dizer que gostaria de deixar claro que o pedido não foi respondido no seu todo. Disse que nas respostas dadas, primeiro trocaram a informação, depois admitiram o lapso e não deram a informação correta, depois responderam apenas ao primeiro ponto do pedido, de resto não falaram qual o prazo previsto da empreitada, autos de medição, que atividades foram executadas. Continuou a sua intervenção, para dizer, que daqui a pouco vão-lhe pedir para votar o Orçamento com verbas que ele desconhece o que é que vai votar, concluindo que acha que essa informação é-lhes devida como eleitos para aquela Assembleia. Disse querer estar à vontade para decidir e votar sobre os assuntos e se o Presidente da Câmara tem essa informação eles também a querem. Dirigindo-se ao Presidente da Assembleia disse que pode não concordar com o Voto de Protesto e que este pode estar a condicionar a bancada. Interrompeu o Presidente da Assembleia, para dizer ao senhor João Filipe Coelho que não admitia aquelas palavras. O membro João Filipe Coelho disse que também tem a sua opinião e disse que a intervenção do Presidente da Assembleia foi no sentido de condicionar a dos restantes. O Presidente da Assembleia disse estar tudo devidamente esclarecido e não respondia a tais provocações.

Pedi a palavra o senhor Presidente da Câmara. Em resposta ao membro João Filipe Coelho afirmou que o mesmo está no direito de fazer as perguntas que achar que deve fazer, não pode é colocar na boca das outras pessoas aquilo que é a sua interpretação, porque toda essa informação se a procurar encontra-a porque ela é publicitada. Disse que qualquer dia o senhor João quer também ir para a fiscalização, não fazendo qualquer sentido querer saber sobre os autos de medição. No relatório está espelhada a evolução da obra, agora pode querer ou não querer, estar ou não satisfeito.

MATEO  
Lanas

Colocado a votação o Voto de Protesto do Grupo do Partido Socialista, obteve como resultado, 16 (dezasseis) votos contra, 2 (duas) abstenções e 8 (oito) votos a favor. Estavam ausentes da sala 4 membros, que não procederam à votação.

MAIBL  
Lana S.

**2. Atribuição de Subsídio à União de Freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha (Alínea j), do n.º 1, do art.º 25.º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro);**

O Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Presidente da Câmara. O mesmo explicou que o assunto vem à sessão de Assembleia nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Esclareceu que foi uma iniciativa realizada em estreita colaboração com a União de Freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha, tendo-se cometido o lapso das faturas terem sido emitidas em nome da União e não diretamente em nome da Câmara Municipal. O assunto já foi presente a reunião de Câmara no passado dia seis de dezembro, tendo sido deliberado a atribuição do subsídio, por unanimidade.

Solicitou para intervir o membro António Frias, dizendo que mesmo com a explicação dada pelo senhor Presidente da Câmara considera no mínimo lamentável, questionando se afinal foi a Câmara ou a União de Freguesias que contratou os serviços.

O Presidente da Câmara respondeu que houve colaboração entre as duas partes, mas deveria ter sido a Câmara a tratar de todas as aquisições e não a União de Freguesias.

O senhor António Frias considerou a resposta, mas disse que se é um mecanismo que se está a tentar utilizar pouco, a atribuição de subsídios virem à Assembleia, então só questiona, sendo um evento inclusive publicitado pelo Município, então quem passou as faturas também deveria saber quem faz a requisição do mesmo. Disse apenas que de futuro era saudável que tal não acontecesse.

Colocado a votação, foi deliberado, por unanimidade, a atribuição de Subsídio à União de Freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha.

**3. Participação Variável no IRS – Ano 2023;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, sobre a Participação Variável no IRS – Ano de 2023 disse, que a proposta é a de não haver retenção e ser colocada à disposição do cidadão a devolução do IRS na totalidade.

O Presidente da Assembleia quis intervir neste ponto, no sentido de dar os parabéns ao Executivo pela decisão tomada pois pensa ser uma decisão responsável e corajosa. Disse ser corajosa porque tomada num momento em que as transferências para os municípios foram substancialmente reduzidas, há a agravante das despesas com a energia, combustíveis, eletricidade, iluminação pública, essas despesas que não foram acompanhadas do respetivo pacote de transferência financeira para os municípios, logo é corajoso quando as receitas diminuem e o município abdica de um montante que rondará os trezentos mil euros. É responsável porque é uma medida certa tomada em tempo certo porque todos sabem que quem paga IRS é a chamada classe média, que cada vez é menos média e cada vez é mais baixa, mas todos temos que sofrer a situação que se vive. Disse que gostava de lembrar que esta decisão já foi igualmente tomada o ano passado. Mencionou que tal como ele hoje se congratula com esta decisão também o membro Miguel Pinto se congratulou na altura e que foi chamado à atenção por isso, por alguém da oposição, o de porque é que não se tinha congratulado por isso em anos

anteriores quando a oposição já o tinha proposto. Afirmou ser verdade que já o tinham proposto em anos anteriores e ele próprio não tinha votado a favor e fê-lo por não achar o momento certo para o fazer porque o Município para distribuir tem de arrecadar. Disse que, em tempos, enquanto Presidente da Câmara tomou a decisão de reverter o valor de que o Município abdicou a favor das propinas, numa ajuda aos estudantes universitários. Na altura achou que pessoas como ele podiam prescindir daqueles 3 por cento a favor de uma outra medida social que considerava mais relevante. Finalizou a sua intervenção, dando mais uma vez os parabéns ao Município.

o -  
MARTIN  
lanas.

Não havendo mais inscrições para intervir neste ponto, colocou a proposta da Participação Variável no IRS – Ano 2023 com fixação da taxa em 0 por cento a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

#### **4. Imposto Municipal sobre Imóveis – Ano de 2023;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, antes de intervir sobre este ponto, agradeceu ao Presidente da Assembleia a sua intervenção no ponto anterior, acrescentando que sente que é nestes momentos em que é realmente necessário tomar medidas pois considera que estamos numa situação frágil. Disse que de manhã tinha visto nas notícias que os portugueses iriam ter que recorrer às poupanças para fazer face ao ano de 2022 e 2023 e acredita que é com este tipo de medidas que se conseguirá debelar esses problemas porque a maior parte dos cidadãos, quando acontecer a devolução do IRS nem quase vão dar conta que foi o Município que deu essa possibilidade. Disse que esta é uma entre outras medidas que estão a aplicar, dando como exemplo o facto de ainda não terem feito qualquer atualização de preços, nem de tarifas de água, nem do saneamento, tendo, contudo, pressão por parte das entidades, em que o equilíbrio orçamental cada vez fica mais difícil. Em modo de conclusão, disse que este ponto vem mostrar que para se manterem estas questões na realidade do mínimo possível e na dedução do máximo que puderem, sabendo que já houve alturas que se devolveia muito mais na questão dos dependentes e dos filhos.

Pedi para intervir o membro Manuel Gomes no sentido de reafirmar as ideias anteriormente expressas pelo Presidente da Câmara e pelo Presidente da Assembleia. Disse ser também sua opinião que a classe média está a ser atacada por todos os lados, dando ênfase a uma notícia que ouviu de manhã de uma proposta para aumentar as propinas dos estudantes consoante os rendimentos dos agregados, no fundo dos pais, pelo que acredita que a classe média vai deixar de existir ou vai apenas existir ao nível dos vencimentos. Não sabe se será uma igualdade socialista ou o que é que será, mas que se não fossem os apoios que estão a ter por parte da Câmara e os incentivos para se viver no Concelho seria muito mais difícil.

Na sequência da intervenção do senhor Manuel Gomes, o Presidente da Assembleia disse que, enquanto vinha a caminho de viagem, também ouviu uma notícia relativa às propinas, em que a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) chama a atenção para um caso que pode vir a ser muito grave se não houver estas ajudas, e, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara deu-lhe os parabéns mais uma vez, pois é a medida certa no tempo certo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Imposto Municipal Sobre Imóveis para o Ano 2023 a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade, fixando o imposto nas taxas mínimas, ou seja: - Prédios Rústicos 0,8 por cento; e – Prédios Urbanos 0,3 por cento, aprovar, os pontos

1, 2, 3 e 4 da informação, bem como o que diz respeito ao estipulado no número 1 do artigo 112º, aditado pela Lei 7-A/2016, de 30 de março, sobre a composição do agregado familiar.

MA3M  
Lama S.

#### **5. Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Lei das Comunicações Eletrónicas (LCE);**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que, sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Lei das Comunicações Eletrónicas (LCE) disse ser uma aprovação para fixação de uma taxa, embora não reconheça um resultado muito favorável porque as operadoras continuam a não divulgar os contratos que têm no concelho para se poder aplicar esta taxa devidamente. Disse que estarão sempre abertos para revê-la, baixá-la ou isentá-la sempre que as operadoras propuserem melhorias do serviço de internet ou telefone.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, fixando a Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Lei das Comunicações Eletrónicas (LCE), em 0,25 por cento.

#### **6. Avocação de Competências – Autoridade de Transportes CIMBSE;**

O Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Presidente de Câmara que começou por explicar que passaram as competências dos transportes para a Comunidade Intermunicipal há cerca de seis anos. Na altura, quando se fez essa passagem da competência foi no sentido de a pensar de uma forma regional, de forma a se poder ganhar com essa decisão e de forma a que os concursos pudessem ser lançados. Contudo, sentem que a Comunidade Intermunicipal não lhes dá essa resposta e tem sido o Município a organizar-se de forma a conseguir assegurar os transportes. Mais referiu que têm apenas dois transportes que são intermunicipais que vão continuar e que espera que se mantenham e o esforço tem sido feito apenas pelo Município. Disse que aquilo que se propõem fazer é, não só ficar com a competência na parte concelhia, mas também dar passos para se transformarem em operadores direto para se poder dar o serviço na melhoria que têm vindo a fazer. As exigências que são colocadas em termos de contratação obrigou a que este ano fossem retirados alguns transportes. Manteve-se os trajetos, mas tiveram que deixar de ser carreiras públicas para serem transportes escolares. Disse que com isso e com as aquisições que fizeram de autocarros, de forma direta, pôde-se melhorar cerca de quarenta a quarenta e cinco minutos as distâncias de transporte das crianças, e elas ganharam tempo para estar com as famílias e chegarem às respetivas casas mais cedo, com menos tempo de viagem. Disse que sente que tem de se trabalhar para nós próprios e cada vez menos em termos regionais. A solução dos transportes está pensada mais para as cidades, não tem viabilidade em termos de funcionamento e tem de haver um esforço por parte dos Municípios porque o tratamento que está a ser dado para Lisboa, Porto e áreas metropolitanas em relação ao resto do País deixa muito a desejar porque a diferença é de dez vezes a perder em relação aos habitantes dessas zonas mais citadinas. Disse que há um projeto de transportes flexíveis que estava muito interessado que fosse colocado para se fazer a experiência em termos regionais, mas na CIM não há forma desses concursos saírem. Mais tarde, se não se estiver a tomar a melhor decisão, terão sempre a oportunidade de voltar a colocar essa competência.

Inscreeveu-se para intervir neste ponto o senhor João Filipe Coelho e o senhor Miguel Pinto.

O Presidente de Assembleia deu a palavra ao primeiro interveniente que disse que falta mais informação na comunicação prestada e que o seu voto é de abstenção.

Tomou a palavra o senhor Miguel Pinto que iniciou a sua intervenção, cumprimentando todos os presentes e reconhecendo o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Almeida SIM e o Estrela da Paz. Para além disso, disse que gostaria de fazer uma recomendação. Disse que como ali já foi falado, relativamente às Termas, não se consegue retirar retorno financeiro de todos os equipamentos que estão ao serviço do cidadão, contudo, acredita que se poderá tirar alguma eficiência desses serviços pela forma como, nomeadamente, os transportes são organizados, pelo que a sua recomendação seria verificar se não era proveitoso a nível social colocar mais uma carreira do Estrela da Paz no final da tarde, por um lado para permitir que as pessoas frequentem os serviços tais como as Termas ou as Piscinas Municipais, por outro lado, permitir àquelas pessoas que vêm de manhã tratar de algum assunto lhes seja possível ficarem um pouco mais de tempo, nomeadamente, para fazer algumas compras, por exemplo, no comércio local. Disse que sabe que isto a nível financeiro não terá grandes benefícios, muito pelo contrário.

MAI  
Lana S.

O Presidente de Assembleia quis também tecer algumas considerações sobre este ponto. Disse que, em primeiro lugar, gostaria de lamentar a discriminação feita, tal como referiu o senhor Presidente de Câmara, em relação ao interior deste País. Nos grandes centros há uma maior distribuição, até saem beneficiados com os passes sociais, onde há população e maior escala, sobrando, para nós, a falta de discriminação positiva que deveria existir com uma maior transferência de verbas para os municípios menos povoados do Interior, o Governo deveria estar atento, mas não está. Para além disso, disse lamentar a posição em relação à CIM. Disse lamentar que a CIM-BSE que está a engordar cada vez mais como vê, com cada vez mais funcionários, não responde minimamente à nossa região. A CIM tem uma maior escala que o município, logo, deveria dar uma melhor resposta, concordando com a posição da Câmara, não podendo deixar de lamentar que a CIM possa dar uma resposta capaz porque tem uma maior escala e deveria dar uma resposta melhor, tendo lido na imprensa e em resultado dos sindicatos estarem a reclamar os passes sociais a resposta dada pelo Presidente da CIM é que não há dinheiro, dizendo que está por isso de acordo com esta decisão da Câmara.

O Presidente da Câmara, em resposta à intervenção do senhor Miguel Pinto, no sentido de duplicar o circuito do Estrela da Paz, e de forma a reafirmar o que disse, é que pretende manter o serviço do Estrela da Paz de forma gratuita, mas constituírem-se como operadores e aqueles autocarros que estão a colocar ao serviço do transporte escolar, até com a possibilidade de o virem a fazer com mais viaturas e de os poderem colocar no horário intermédio para se poder dar a resposta que o Miguel falou.

Sem mais intervenções, o assunto Avocação de Competências – Autoridade de Transportes CIMBSE foi colocado a votação, tendo sido deliberado aprovar o documento, por maioria, com quatro abstenções.

#### **7. Extinção da Associação de Municípios do Vale do Côa;**

O Presidente da Câmara tomou a palavra, informando que esteve presente na reunião onde foi decidido fazer a extinção desta Associação e da qual o Município de Almeida também fazia parte. Mais informou que a Associação tinha a situação regularizada, não tendo dívidas, contudo, gostava de chamar a atenção para o facto de que as Associações de Desenvolvimento irão passar por períodos de grande dificuldade se os apoios que continuam a haver continuarem da mesma forma.

Proposto a votação, foi aprovado por unanimidade, a Extinção da Associação de Municípios do Vale do Côa.

8. CIMBSE – Tomada de Posição sobre o Traçado de Alta Velocidade Ferroviária – Lisboa/Porto e Carregado/Soure;

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara para informar que esta comunicação foi ali presente na sequência de o representante da Câmara da Covilhã ter colocado a moção para se trazer aos nossos órgãos, sendo sua opinião pertinente trazer o assunto, uma vez que o que se pretende com a moção é diminuir o tempo de viagem com a utilização mais para o interior da linha que está a ser estudada, podendo a nossa região, usufruir da possibilidade futura de os trajetos serem mais curtos em termos de tempo, parecendo-lhe pertinente, embora a eficácia possa deixar a desejar, mas se se tirar meia hora ou uma hora no trajeto para Lisboa talvez fizesse com que se utilizasse mais este tipo de transporte.

Pedi para intervir o senhor João Filipe Coelho, dizendo que a informação dada não tem nenhuma exposição, nem nenhum desenho associado o que não lhes permite, pelo menos a ele, ter uma opinião sobre o assunto e como este tipo de obras já se deseja há muito, que é como a história do aeroporto que andamos sempre a estudar a melhor localização e acabamos por não ter nada, tendo alguma dificuldade em tomar um posicionamento a favor.

O senhor Presidente acrescentou que gostaria de dizer qual é o seu princípio acerca daquela questão, dizendo que é óbvio que não está ali nenhum traçado. A posição, a moção foi feita pela Câmara da Covilhã no Conselho Intermunicipal e foi colocado o desafio de trazer aos órgãos autárquicos, pelo que o fez. A sua posição é por princípio, quanto mais para o interior ficar, mais perto fica da linha da Beira Alta e da Beira Baixa para poder diminuir esse traçado, agora se o traçado é mais à direita ou mais à esquerda, com mais ou menos curvas isso já depende de quem toma essas decisões. Disse que ali é colocado o princípio e a moção que vem da Câmara da Covilhã. Aquilo que se pretende é concordar com esse princípio.

Contrapôs o senhor João Filipe Coelho, afirmando, que por outro lado, quanto mais intervenções houver no sentido de alterar traçados mais atrasos vai haver nestas infraestruturas que são necessárias. Disse que entende o princípio, quanto mais para o Interior melhor, mas questiona, quanto tempo de atraso isso vai provocar e se está em causa a utilização de fundos comunitários como já acontece na linha férrea, discutido aquando da sessão de Assembleia Municipal na Freineda, e depois na receção das verbas que poderão não existir. Disse que são várias questões que não estão explícitas no documento apresentado e que não lhe permite aprovar esta posição.

Interveio o senhor Presidente da Câmara para dizer que ficaram sem diversos comboios a funcionar no concelho e aquilo que reivindicam é que sejam repostos e que haja uma diminuição da viagem que é para, por um lado, os serviços se manterem, porque teme que nunca sejam repostos e até serem diminuídos no nosso concelho e, neste caso é pensar que se os estudos vão ser realizados, de poder ser questionada essa possibilidade. Mais disse que, contudo, quem tem de tomar decisões é quem está no Governo. Disse que também não fica satisfeito de há 20 anos ser colocada a possibilidade de termos a alta velocidade a passar aqui e víamos os comboios a passar porque só paravam em Viseu e vinte anos depois virem apresentar o mesmo plano para colocar no País. A probabilidade de haver esse comboio é para 2050, não vai ser com PRR nem com Programas 2030, mas o princípio deve ser defendido, concluiu.

o -  
MATEM  
lanas.

Interveio o Presidente da Assembleia para dizer que, tal como referiu o Presidente da Câmara, este estudo tem mais de vinte anos, pelo que não tem nenhuma novidade. Disse ainda ser vereador quando o estudo de impacto ambiental chegou à Câmara para esta se pronunciar já há mais de 20 anos, pedindo a concertação do Engenheiro Francisco Xavier, Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo ali presente. Dirigindo-se ao senhor João Coelho, referiu que ele primeiro se preocupa com a sua região e só depois se preocupa com Lisboa, Porto e Vigo dizendo que se o mesmo está preocupado com as outras regiões, ele primeiro preocupa-se em saber como uma vasta região como é a Beira Baixa, Médio Tejo, Beira Alta, Serra da Estrela se têm ou não ligação e se essa ligação lhes convém, até porque como apontam os estudos, se é para 2050, quem espera vinte e oito anos também espera trinta. Disse que ele já cá não deve de estar e o Miguel Pinto, que deve ser dos mais novos que ali estava na sala já deve de subir para o comboio de bengala, por isso, disse ao senhor Filipe Coelho para se preocupar primeiro com a região, para colocar a bandeira da nossa região acima de tudo e só depois a bandeira nacional, pelo menos foi para isso que ele se propôs quando se candidatou, lembrando que defendeu isso na sua campanha eleitoral. Concluiu, dizendo que sobre esta tomada de decisão, diz concordar, pelo que votará a favor porque é uma região que deixa de ficar servida. Disse que não concorda com a estratégia que está a ser tomada, a bitola ibérica, da forma como são os traçados, das prioridades e que a nossa é a última de todas elas. Disse que preparou uma tomada de posição que poderá ser ou não a base da posição tomada e aceite ou não pela Assembleia Municipal, com o teor que passou de seguida a ler e que se transcreve: "A Assembleia Municipal de Almeida, reunida em sessão ordinária no dia dezanove de dezembro, vem por solicitação da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela pronunciar-se sobre a tomada de posição deste órgão relativa à Ligação de Alta Velocidade Lisboa -Porto – Vigo com o pedido de estudo que preveja a ligação à linha da Beira Baixa. No passado dia vinte e nove de setembro, aquando da apresentação no Porto da ligação de Alta Velocidade Lisboa – Porto – Vigo dizia o senhor Primeiro Ministro e cito: "esta linha vai servir para unir todo o País". Esta petição da CIM, Beira Baixa, Beiras e Serra da Estrela e Médio Tejo vem demonstrar que não une, nem serve, contrariamente ao afirmado pelo senhor Primeiro Ministro. Reiteramos assim o nosso apoio a esta petição que consideramos, justa e oportuna em defesa de uma vasta região que fica arredada de poder vir a usufruir de uma ainda que longínqua rede de Alta Velocidade Ferroviária. Aproveitamos o ensejo para manifestar também o nosso desagrado com uma vez mais sermos atirados para a última das prioridades, colocando o Governo, em primeiro lugar a ligação Lisboa – Porto – Vigo, em segundo, a ligação Sines – Elvas- Badajoz, em terceiro, a ligação do Algarve e por último, para os longínquos dois mil e cinquenta, a ligação Aveiro – Salamanca. Acresce a esta ligação tardia, aquilo que consideramos falta de estratégia ser construída em bitola ibérica e a ligação a Aveiro – Salamanca com via única, comprometendo definitivamente o futuro da nossa região".

Após a leitura, o Presidente da Assembleia disse que se estivessem de acordo dariam a resposta neste sentido e pelas razões que enunciou.

Interveio o senhor António Frias para se pronunciar sobre a questão, dizendo que na ordem de trabalhos só está para se deliberar uma questão em concreto. Disse concordar com a moção do representante do Município da Covilhã, mas não se revê na totalidade do que foi proferido pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse que votará a favor, mas apenas do que lhes foi pedido.

si -  
Miguel  
lanas.

Interveio o senhor Filipe Coelho para afirmar que o Presidente da Assembleia o acusou de se preocupar mais com o troço Lisboa – Porto - Vigo, mas que gostaria de esclarecer que não é nada disso. Explicou que aquilo que disse, e que acontece em muitas decisões que ali têm de tomar é que existe falta de informação para tomarem uma posição. Disse que se preocupa com o Interior, mas não de qualquer forma, dizendo que não visualiza o que está no documento e textualmente o que é que isso implica. Na dúvida, na sua consciência e na sua pessoa, disse que não vai tomar uma decisão.

o -  
Martinho  
lana.s.

Interveio a senhora Tânia Martinho para tentar perceber junto da Mesa se o Presidente da Assembleia pretendia apenas saber a opinião da Assembleia ou se é um ponto para votar.

Tomou a palavra o Presidente da Assembleia, respondendo que lhe dará a resposta, mas vai seguir a ordem das intervenções. Começou, por primeiramente questionar ao senhor Frias em que é que não se revê.

O senhor Frias respondeu que sobre a bitola ibérica têm ambos conceitos diferentes. Disse que ele tem a sua opinião sobre esse aspeto e já na altura, na anterior sessão mostrou a sua opinião ao representante das Infraestruturas de Portugal dizendo-lhe que nem todos estavam de acordo com o que foi dito pelo Presidente da Assembleia.

Em resposta à senhora Tânia Martinho, o Presidente da Assembleia disse que aquilo que se ia ali votar, e aí concorda com o senhor Frias, era a petição proposta pelo senhor Presidente da Câmara da Covilhã, que pediu para a CIM se pronunciar e cada Assembleia Municipal se pronunciasse também sobre o assunto. Relativamente ao resto, disse manter a sua posição, que é uma declaração sua, que quis manifestar e que, logicamente não a vai colocar a votação, mas quer que conste da ata, mas a votação será se estamos ou não de acordo com a petição.

Interveio a senhora Maria Helena Alves para questionar se foi solicitada alguma reunião com o Pedro Nuno Santos, Ministro das Infraestruturas, por parte da Câmara ou da Associação de Municípios.

Interveio o Presidente de Câmara para responder que não foi pedida reunião, dizendo que é uma posição defendida pela comunidade.

O Presidente da Assembleia colocou a votação o documento “CIMBSE – Tomada de Posição sobre o Traçado de Alta Velocidade Ferroviária – Lisboa/Porto e Carregado/Soure”, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 5 (cinco) votos de abstenção, 1 (um) voto contra e 24 (vinte e quatro) votos a favor.

#### **9. Projeto de Regulamento Municipal de Benefícios e Incentivo ao Investimento;**

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara para dizer que este Regulamento vem com uma organização diferente, estando dividido pelos pontos que o diferenciam, permitindo com essa separação haver um tratamento para que até dentro da equipa multidisciplinar poder ser tratado por diversos setores em que se vão tratar os assuntos diretamente. Disse ser incentivo que se faz ao empreendedorismo, no ramo agrícola, na parte comercial, na parte da intervenção que colocam à disposição dos empreendedores que ainda acreditam que vale a pena estar no nosso concelho e fazer nele investimentos. Disse que é nesse sentido, e uma vez que já há alguns pedidos que vinham no seguimento da legislação anterior que têm de o atualizar para conseguirem dar resposta aos pedidos que foram feitos.

Pediu para intervir o senhor Miguel Pinto para dizer que não vai participar na votação, que se irá ausentar da sala naquele ponto e nos dois seguintes.

Colocado a votação, foi aprovado, por unanimidade, o Projeto de Regulamento Municipal de Benefícios e Incentivo ao Investimento.

Miguel  
Linas.

#### **10. Projeto de Regulamento do Imaculada Business Center;**

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara para dizer que este Regulamento pretende ditar as regras de funcionamento do espaço do Imaculada Business Center, acrescentando que pretende colocar o espaço a funcionar tão breve quanto possível, faltando apenas mobiliário.

Pediu para intervir o senhor João Alexandre Fabião, que começou por saudar o Presidente da Câmara e o Presidente da Assembleia naquela que disse ser a sua primeira intervenção naquele órgão. Disse que pode verificar pelo Regulamento que se prevê espaços de coworking, contudo, não viu vertido no Regulamento nenhum ponto de como vão funcionar esses espaços que têm um modo próprio de funcionamento e se, posteriormente a equipa de gestão desse business center vai colocar também um regulamento próprio para os espaços de coworking ou se pretende fazer algum tipo de adenda a este Regulamento, regimentando o funcionamento das salas e quem pode utilizar esses espaços e se está aberto a jovens de Espanha que disse saber que tem dificuldade em encontrar espaços de trabalho do lado de Fuentes e uma vez que há a participação na Eurocidade, juntamente com Fuentes se é previsto algum tipo de colaboração nesse sentido.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara, respondendo que o espaço estará aberto a todos que o pretenderem utilizar de acordo com as regras que estão colocadas em regulamento. Informou que o espaço vai ter duas salas diferenciadas, uma dirigida a um projeto mais para funcionários públicos de uma candidatura feita pela Comunidade Intermunicipal, que queiram ir para ali trabalhar, mas podendo ser utilizada por outras pessoas. Além desse espaço também poderão haver candidaturas para gabinetes com trabalho mais duradouro, podendo ser colocado naquele espaço incubação de empresas. Para além disso, existe um protocolo com o IAPMEI para se colocar em funcionamento os chamados “Espaços Empresa” que vão ser colocados em funcionamento também naquele espaço, havendo também a gestão feita do espaço não propriamente por uma equipa, mas por alguns funcionários que vão ter a responsabilidade de gerir aquele espaço.

Pediu para intervir o senhor Luís Fonseca, que disse que já obteve algumas respostas às suas dúvidas, mas que gostaria de saber qual a data prevista de abertura.

Interveio novamente o senhor João Alexandre Fabião, para dizer que persiste a sua dúvida pois disse que, espaços de coworking não são espaços de incubação. Os espaços de coworking prevê que jovens como ele que estão em trabalho remoto possam usufruir de um espaço próprio, fazendo desse o seu escritório em conjunto com outros jovens ou outras pessoas com outras idades, para trabalhar num espaço que não é a sua casa, permitindo que possam variar o seu escritório e o que percebeu da intervenção do Presidente da Câmara foi que esses espaços de coworking estavam muito restritos aos interesses das empresas para estabelecer esses espaços e que é um espaço para qualquer pessoa usufruir a qualquer momento, respeitando um horário próprio, de que modo é que vai funcionar, pois isso também não está vertido no regulamento.

Interveio o Presidente da Câmara, explicando que talvez não tenha sido claro. O espaço coworking tem duas salas, uma com projeto de candidaturas direcionado a funcionários públicos em prioridade, mas esse espaço pode ser utilizado por mais utilizadores se não for ocupado pelos funcionários públicos e existe outra sala, que pode ser utilizada por qualquer utilizador que a queira utilizar, tendo de haver uma intenção e uma inscrição. Gostaria de ter o espaço completamente cheio, havendo a necessidade até de ampliar, mas crê que está tudo vertido no regulamento, inclusive as taxas de utilização, quais são os pagamentos, tem essas zonas diferenciadas. No rés de chão vai funcionar o Espaço Empresa do lado direito, do lado esquerdo é a parte de Incubação. No primeiro piso, do lado esquerdo vai ficar o espaço geral coworking e do lado direito o espaço para funcionários públicos, havendo uma sala mais pequena para se utilizar das duas formas, de coworking ou incubação, mas isso será uma decisão que depois se tomará. Respondendo ao senhor Luís Fonseca, disse que gostava de saber essa data, mas só a estabelece depois de concluídas algumas questões. Disse que gostava de já ter aquele local em funcionamento, estando a fazer muita pressão para isso acontecer o quanto antes, mas disse não depender apenas da Câmara, estando neste momento mais do lado de outros. Já contrataram o mobiliário que faltava, mas ainda falta certificações energéticas, falta fazer as ligações de Internet e da parte da CIM, a colocação de mobiliário.

si -  
MARCIA  
Lanes.

Colocado a votação, foi deliberado aprovar, por unanimidade, o Projeto de Regulamento do Imaculada Business Center.

#### **11. Projeto de Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial de Vilar Formoso;**

Interveio o senhor Presidente da Câmara para dizer que esta foi uma adaptação feita ao regulamento, colocando as valências que reforçaram aquele espaço e que estão à disposição naquele espaço, mas também por causa da denominação, para haver uma coerência daquilo que estamos a aplicar e do que está a ser feito. Houve algumas alterações, pelo que fizemos uma nova publicação para se colocar em funcionamento o regulamento.

Colocado a votação, foi deliberado aprovar, por unanimidade, o Projeto de Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial de Vilar Formoso.

#### **12. Transferência de Competências para as Autarquias locais – Lei 50/2018, de 16 de agosto e Decreto-Lei 57/2019, de 30 de abril – Atas das Assembleias de Freguesia;**

Para dar conta deste ponto, tomou a palavra o Presidente da Câmara para esclarecer que o mesmo se resume a trazer-se à Assembleia as diversas propostas de Transferência de competências aceites, aprovadas nas suas próprias Assembleias e aprovadas em reunião de Câmara. Em relação às Juntas de Freguesia de Almeida e Vilar Formoso, disse haver necessidade de haver alguns ajustes, contudo, não poderia deixar de trazer este assunto para serem aprovados, pois estamos no final do ano e disse querer este assunto resolvido, nem que seja temporariamente, para se conseguir começar a trabalhar desta forma. Querem ir melhorando, dizendo que está aberto a trabalhar no futuro esta questão. Disse que pretende dizer também à Assembleia que fazem um esforço enorme em termos financeiros para colocar em funcionamento as delegações de competências. Disse que se fizerem uma análise regional e até nacional daquilo que está a ser feito, podem observar que em Almeida há um reforço muito grande das verbas que colocaram à disposição das Juntas de Freguesia e com as Associações de Freguesia também

em funcionamento. Como referiu, não houve a totalidade dos acordos, a Junta de Freguesia de Almeida e a Junta de Vilar Formoso fizeram contrapropostas que a Câmara também analisou e quer tratar de forma equitativa, para juntamente com as restantes Juntas de Freguesia chegar-se a um entendimento. Disse ter solicitado a marcação de reuniões de trabalho sobre esse tema, esperando que sejam profícuas e que se consiga alcançar esse entendimento, entretanto, vai-se começar a fazer as transferências porque têm de começar a ser feitas, iniciando trabalho com as freguesias que já aceitaram as delegações nos termos propostos.

5  
MARTINHO  
LONGO S.

Interveio a senhor Tânia Martinho para perguntar se a votação vai ser feita freguesia a freguesia. Respondeu o Presidente da Assembleia para dizer que também ele ia perguntar isso.

Solicitou a palavra o senhor Carlos Pereira. Iniciou a sua intervenção dizendo que o processo de Vilar Formoso já se está a arrastar a algum tempo e querendo colocar duas questões ao Presidente da Câmara. A primeira prende-se com o porquê do incumprimento dos prazos legais para responder à contraproposta realizada pela Junta de Freguesia de Vilar Formoso pois relembra que a mesma foi respondida nos prazos legais, dez dias após a apresentação da proposta da Câmara. Disse que a proposta da Junta foi aprovada, unanimemente, na Assembleia de Freguesia, passados trinta dias estipulados pelo Decreto Lei 57/2019. Referiu que a Câmara Municipal não respondeu a qualquer questão levantada nem indicou se seria ou não aprovada, fazendo-o só após alguma insistência da Junta e depois de questões relacionadas com os “timings” para Orçamento 2023 onde esta questão é deveras importante. Disse pretender também dizer que este é um processo de negociação individual entre as Juntas, Uniões e Câmaras, pelo que ninguém se irá opor a qualquer decisão que já foi tomada em qualquer dessas entidades, pelo que o mais claro será a aprovação das mesmas. No entanto, diz achar estranho o porquê de, não havendo acordo com a Junta de Freguesia de Vilar Formoso, a documentação da Junta ter vindo àquela Assembleia e ainda para mais, incompleta, dizendo que falta a contraproposta da Junta, para além de não entender porque é que também foi à reunião da Câmara também incompleta, se não é para ser aprovada não entende o sentido. Disse que a Junta de Freguesia de Vilar Formoso tem uma Declaração de Voto que será entregue à Mesa, mas que gostava que as suas questões fossem respondidas.

Solicitou para intervir sobre este ponto o senhor António Frias, mencionando que não se iria pronunciar sobre os documentos que lhe foram enviados. No entanto, refere ter dúvidas e não sabe se a Câmara também as tem sobre a legalidade da forma como está a ser feito o processo, concretamente, referiu, nos critérios que foram definidos para chegar ao montante para ser transferido, tendo visto processos diferentes, em que é definido o montante de cada competência que é transferida e ali, diz ter sido utilizado outro critério, não sabendo com que fim, mas será para chegar a algum número que foram quinhentos e sessenta e sete mil euros de transferências para as freguesias, não sabendo se já estão no Orçamento as duas freguesias que não têm o processo resolvido. Disse que há uma coisa que o chama bastante à atenção, aquele critério dos cento e oitenta euros por quilómetro. Ao mesmo tempo que faz a sua reflexão, diz que vai fazendo também algumas perguntas que gostava que fossem respondidas. Referiu que o Município de Almeida não pode mais transferir, fazer acordos e protocolos com as Associações de Freguesias, o que quer dizer que a Câmara Municipal não vai poder transferir como estava a fazer, diversos montantes, nomeadamente para a limpeza de vias municipais, estradas municipais e na limpeza das freguesias que era assegurado pela Associação, pelo funcionário, na maior

parte das freguesias do concelho. Disse que pressupõe que o valor de quinhentos e sessenta e sete mil euros que vai ser transferido, que as Associações têm os anexos, mas a eles não lhe chegaram, esse dinheiro tem de ir inevitavelmente para a Associação de Freguesias. Mais disse, que em tudo isto chama-o à atenção de que quem vai continuar a fazer a limpeza das estradas municipais, dizendo que se pressupõe que é a Associação de Freguesias, financiada à posteriori. No seu entendimento, o dinheiro que agora que vai ser transferido no ano de 2023/2024, a DGAL vai transferir diretamente para as Juntas de Freguesia, logo não se transfere para a Câmara, pelo que a sua dúvida para a qual gostaria de obter resposta é como uma competência que não pode ser transferida, concretamente a limpeza das estradas municipais, que é uma competência da Câmara passa a ser feita. Diz perceber que são processos complicados e que às vezes com o mesmo esforço conseguir-se-ia fazer melhor. Na documentação que lhes foi enviada faltam anexos, mas disse que não se iria pronunciar sobre isso. Disse que a Câmara pensa que o critério que fez que está justo porque assim é para todos igual, independentemente das duas freguesias que ainda não aderiram ao processo, mas ele acredita que há questões que carecem e tem algumas dúvidas da total legalidade como se estão a fazer as coisas, contudo se tem outros pareceres ou entendimentos, disse que gostava de saber.

M. M. M. Lanes.

Tomou a palavra o Presidente da Câmara para responder de forma geral a todos. Disse que irá levar à próxima reunião de Câmara a questão das contrapropostas para serem analisadas, até porque foram enviadas alterações das minutas que tinham mandado e que não estão devidamente aprovadas, dizendo que não foram aceites facilmente as alterações que foram feitas e as propostas que foram colocadas e farão reuniões para chegar a um consenso. Disse que o senhor Frias, tal como ele já está há muitos anos na Assembleia Municipal e a proposta que fizeram é muito semelhante a proposta que já fizeram no passado. Referiu que, inclusive, nem achava que precisavam daquelas delegações de competências para continuar a trabalhar. A proposta que fizeram pode ser sempre melhorada, com mais esforço e mais trabalho pode-se sempre chegar a melhores propostas. O que agora colocam diz ser para garantir, a melhoria que implementaram. Houve dúvidas na legislação, afirmou que também ele tem dúvidas em algumas questões, sendo certo que com os pareceres, inclusive de membros da própria Assembleia e de outros que não estão ali presentes, se chegou à conclusão que eram enquadráveis todas as propostas que estavam a fazer. Disse ser certo que quando se chegar ao consenso, realizar-se-ão as assinaturas correspondentes, fazendo a comunicação à DGAL. Se a DGAL lhes disser que têm de ser feitas alterações, teremos de ter a abertura de fazer essa alteração, mas a proposta que é feita é a de o Município fazer as transferências para cada uma das Juntas e Uniões de Freguesia, até a DGAL começar a fazê-las. Já a forma como as Juntas de Freguesia se vão organizar, na sua opinião considera que o trabalho pode ser feito pela Associação de Freguesias que tem muitos pontos positivos, coisas sempre a melhorar, mas, de forma geral tem conseguido dar resposta às necessidades e que deveriam continuar associados dessa forma que estavam a trabalhar porque se não houver essa forma de fazer terão de encontrar outra metodologia. Há questões que estão a colocar como a limpeza das vias municipais que pode não ficar nas Juntas de Freguesia e ser passada para a autarquia essa responsabilidade, para a mesma a fazer diretamente, mas crê que o que estão a fazer é de forma assertiva, dizendo que julga que fazem melhor serviço do que aqueles que fazem as estradas nacionais. E di-lo porque pertence às Infraestruturas de Portugal e pode fazer essa observação de as estradas municipais estarem melhores do que as nacionais. Se é possível melhorar estes protocolos, diz que sim, é possível e podem trabalhar

nesse sentido. Diz que traz àquela Assembleia as minutas para esclarecer e poder complementar se houver alguma dúvida com o resumo geral e com as propostas efetuadas a cada uma das Juntas de Freguesia que poderiam ali estar com os processos um pouco melhor organizados, mas julga que trouxe o suficiente para se analisar o que está a ser passado para cada uma das Juntas de Freguesia e os montantes que fazem a totalidade e que está vertido no Orçamento, com a aceitação de Almeida e Vilar Formoso. Se for necessário ou se houverem alterações que sejam justas, terão que fazer as alterações necessárias ao Orçamento para poderem responder, acreditando que se irá organizar uma resposta com aquilo que está orçamentado.

di-  
MANSO  
LANS.

Interveio o senhor António Frias para questionar, concretamente, se a lei permite que as estradas municipais sejam transferidas para as Juntas de Freguesias, ao que o Presidente de Câmara respondeu que sim, dizendo que, pelo menos foi o entendimento que ele fez da Lei e dos pareceres que, entretanto, consultou. Questionou novamente o senhor Frias, se no protocolo está estradas municipais, pois, pelo menos ele não conseguiu lá ver isso, ao que o Presidente respondeu que estradas e vias é a mesma coisa. Tomou a palavra o senhor Frias para dar nota de que se deve ter atenção, pois o entendimento é um bocadinho diferente pois quando se refere a vias, refere-se a vias dentro do perímetro urbano, dizendo que a lei, concretamente sobre isso, se refere a vias dentro do perímetro urbano, sendo essa a sua grande dúvida. Disse que se fosse passada a competência, se passaria a limpeza e até a manutenção. O Presidente de Câmara respondeu que não é isso que está vertido. Concluiu a sua intervenção o senhor António Frias, dizendo que mantém as suas dúvidas sobre isso e fundamentadas.

Interveio o senhor Carlos Pereira para afirmar que não percebe o porquê do não cumprimento dos prazos de resposta à contraproposta da Junta de Freguesia de Vilar Formoso. Disse que as questões da interpretação da lei, que não é apologista, nem é advogado, não tem interpretações da lei, vê a lei e a lei tem de ser cumprida e se existe é para se cumprir o que está designado. Por outro lado, já que a documentação da Junta de Freguesia de Vilar Formoso veio aquela Assembleia, propôs que fosse sujeita a apreciação por parte de quem a ela pertence, da mesma maneira que as outras também vieram.

O senhor Presidente disse que da análise que foi feita dos vários pareceres, informando que não foram pedidos por ele, é enquadrável a questão das vias municipais. Vias, estradas, ruas, a interpretação é a mesma. Disse não estar a falar de manutenção, mas sim de limpeza e ceifas e órgãos de drenagem, não estão a falar de pavimentos. Disse que como referenciou anteriormente, vão fazer a comunicação à DGAL dos protocolos, das assinaturas e respetivas verbas. Se houver uma interpretação errada serão obrigados a corrigi-la, certamente.

Relativamente ao que falou o senhor Carlos Pereira, foi colocado na ordem de trabalhos da próxima reunião de Câmara a discussão sobre esse assunto e a discussão sobre aquelas que foram aceites. A Câmara ainda não se pronunciou. Depois de se pronunciar, submete-se o assunto à Assembleia. Disse que foi pedido por ele para se encontrarem datas para se reunirem, individualmente, afirmando que está aberto a discutir esta questão com a Junta.

Tomou a palavra a senhora Sónia Cunha, Presidente de Junta de Freguesia de Almeida, afirmando que entre ela e o senhor Presidente já houve aquela discussão das estradas e que o seu ponto de vista é de que as estradas municipais não são, nem nunca poderão ser da competência das Juntas de Freguesia, afirmando e acentuando isso desde o início. Sempre afirmou que delegação das competências com a Junta é uma coisa, delegação de limpeza de estradas municipais é outro assunto. Reforçou a sua

ideia de que já desde o início que defende esta questão e que, precisamente por causa disso, o senhor Presidente já lá para a frente acrescentou que essa competência estava fora da área urbana. Disse ter sido o senhor Presidente que acrescentou porque isso não está no Decreto de Lei. Esse acrescento de fora da área urbana já foi o senhor Presidente que acrescentou, precisamente para fazer referência às estradas municipais, que não são da competência da Junta de Freguesia. Para além disso, disse que, e dando continuidade ao falado pelo senhor Carlos Pereira, que gostava que ficasse ali esclarecido, se a Junta e a Câmara ainda estão em processo de negociação, porque é que a proposta deles está nos papeis da Assembleia Municipal. O porquê de ela estar ali. Afirmou que o senhor Presidente não lhe deu conhecimento das negociações que decorreram com as outras Juntas de Freguesia, então porque é que as outras pessoas têm de ter conhecimento das nossas negociações e o que é a negociação deles ali está a fazer. Questionou se aquela negociação é para votar e dirigindo-se especificamente ao senhor Presidente colocou as questões: “é para votar? Vamos votá-la? Então o que é que está aqui a fazer? Gostava que me esclarecesse”.

o  
Martim  
Lana S.

Interveio o senhor Carlos Pereira para afirmar que continua sem perceber o porque de não terem sido cumpridos os prazos à contraproposta deles.

Respondendo ao senhor Carlos Pereira, o senhor Presidente disse que foi claro na resposta.

O senhor Carlos Pereira disse que haveria de ter existido uma resposta no prazo de trinta dias, não havendo, queria saber porquê. O senhor Presidente disse já ter admitido que o assunto não foi respondido nos prazos legais, mas voltou a afirmar que vai ser discutido na próxima reunião da Câmara Municipal.

O senhor Carlos Pereira disse que o período de resposta terminou. O Presidente de Câmara respondeu que “acabou muita coisa e continuam a trabalhar nelas”, questionando o senhor Carlos Pereira sobre qual a solução que tem para o problema.

O senhor Carlos Pereira disse que a proposta da Junta de Freguesia se está ali deve ser apreciada. Se não for para ser apreciada não entende o porquê de ter vindo a sessão de Assembleia. O senhor Presidente questionou-o do porquê de achar que não devia ter vindo, ao que o senhor Carlos Pereira respondeu que a proposta ainda não estava negociada. O Presidente de Câmara diz que está transparente a discussão. O senhor Carlos Pereira disse que se é transparente lhe diga porque é que não foi respondido. O Presidente da Câmara disse que não tem motivo, a contraproposta vai ser discutida agora, como já referiu mais que uma vez, na próxima reunião de Câmara. O senhor Carlos Pereira reforçou que então não existe um motivo para não ter cumprido a lei. O senhor Presidente respondeu que não. O senhor Carlos Pereira agradeceu, dizendo que fica registado.

Em relação à questão levantada pela senhora Sónia Cunha, o senhor Presidente respondeu que não tem nada a ver com transcrições de lei, nem nada disso. A única coisa que tem, é que têm de se diferenciar as questões, explicando que só aconteceu no caso de Almeida e Vilar Formoso porque a proposta foi a de manter as competências na Câmara Municipal e diferenciar só o que estão a passar fora da área urbana. Nas outras Juntas não está essa questão vertida. Na negociação, se não concordar com a questão da limpeza e da ceifa fora da área urbana tenta-se arranjar uma solução para o resolver.

Interveio o senhor João Filipe Coelho, para fazer uma sugestão, no sentido de que se há juristas contratados pelo Município, os mesmos deveriam dar um parecer sobre o assunto para que eles possam fazer o seu voto mais confortavelmente e sem tantas dúvidas.

Usou a palavra a senhora Sónia Cunha, para dizer que todas as competências que vão ser passadas para a Junta de Freguesia, das que chegaram a um acordo, carecem de um regulamento, questionando o senhor Presidente da Câmara se cada competência tem um regulamento e se esses regulamentos existem. O senhor Presidente disse que se esqueceu de responder a uma questão, perguntando a todos se se recordam que fizeram uma reunião e foi encontrada uma representação das diversas Juntas de Freguesia através de elementos que foram designados e lembra, que teve mais do que uma reunião para se chegar a este consenso dos valores a propor e nessa reunião havia um elemento representante de cada Junta e União de Freguesias. Isto para dizer que se não foi transmitido devidamente não foi culpa sua, pois foi falado para todos de igual forma. Sobre a questão dos regulamentos, informou que alguns regulamentos existem, outros têm de ser adaptados e outros ainda tem de ser discutidos e aprovados, mas está a passar a competência nesse pressuposto, de haver esse regulamento, devidamente aprovado.

Maria  
Lana S.

Voltou a usar da palavra a senhora Sónia Cunha, para dizer que estar a delegar uma competência sem estar regulamentada, não sabe até ponto é legal e para isso deveria haver um gabinete jurídico na Câmara que esclareça isso. Quanto à negociação que teve com o representante esclareceu que o mesmo só estava autorizado a negociar a limpeza dos caminhos fora da área urbana, não lhe tendo delegado autorização para negociar as competências.

O senhor Presidente disse que vão ter oportunidade de estarem diretamente a negociar e se houver necessidade convoca a parte jurídica para estar presente.

Pediu para intervir novamente o senhor Carlos Pereira, para informar que vai entregar à Mesa uma Declaração de Voto. O documento fará parte integrante desta ata, passando a constar como anexo 2.

Intervio o senhor António Frias para esclarecer que, segundo entendeu, o Município não pediu nenhum parecer, nem nenhum aconselhamento à CCDR. Disse que estas instituições estão vocacionadas para isso, considerando que é preferível saber-se o que se vai a fazer do que depois nos dizerem que não, tal como uma pergunta direta à DGAL nos tinha poupado certas coisas. Disse que a grande questão já todos entenderam e que ele próprio já a entendeu há muito tempo, dizendo que todos sabem que os serviços da Câmara não têm a capacidade de fazer o que a Associação de Freguesias estava a fazer e já se percebeu isso desde o princípio. Disse que entende, foi uma aposta que se fez e sempre acreditou nela, teve algumas divergências com o Presidente da Associação, sobre o entendimento de até onde poderiam chegar as Associações de Freguesia. A questão da transferência para as Associações de Freguesias tem de se estudar como é que é poderá vir a ser feita pois, de facto, todos sabem que assegurar os serviços com a exigência que é feita só mesmo com uma grande equipa como tem a Associação de Freguesias e os serviços municipais não têm essa capacidade, e isso tem de ser assumido, inclusive até foram dotadas com máquinas pela autarquia para assegurar esse serviço.

O senhor Presidente respondeu que aqueles autos de delegação de competências não foram feitos por ele, foram feitos por juristas e aquilo que ele trabalha é a parte que é para ser transferida, não trabalha a sua composição, se é de acordo com esta ou aquela lei. Mais disse que dos pareceres que foram feitos, ele chegou à conclusão de que não sabia que as competências já estavam colocadas nas Juntas de Freguesia, ou seja, o Decreto Lei foi feito para colocar as competências nas Juntas de Freguesia e o entendimento da CCDR é que estão todas na Junta de Freguesia, posteriormente a isso, procedeu-se a uma correção para passar de auto de competências para auto de transferências e reversão, no sentido de se organizar melhor a proposta que estão a fazer. Mais referiu que não considera que tem o

conhecimento eficaz de tudo, pois não tem e tem algumas dúvidas, mas não em relação da interpretação daquilo que está escrito. Para si, vias tanto é dentro como fora e o trabalho realizado pode ser feito dentro ou fora das freguesias. Dos pareceres que solicitou, no seguimento disto, foi esta a conclusão a que chegou. Admite, contudo, se lhe for demonstrado que está errado ou lhe impuserem a dizer que está errado tem de “arrepiar caminho nesse sentido”. Dirigindo-se ao senhor Frias, disse que em relação ao que ele estava a dizer de o Município não ter os meios para fazer é uma questão de decisão e de visão, pois poder-se-á dotar a Câmara de meios para poder fazer esse trabalho. Acrescentou que se não conseguir a totalidade desse entendimento terá que fazer dessa forma, arranjando um método para assegurar que nas zonas onde não chegar a acordo, ser feito através do Município, com contratação ou recursos próprios.

si  
Martinho  
lancs.

Após a conclusão da intervenção do senhor Presidente da Câmara, o Presidente da Assembleia autorizou a intervenção do senhor Carlos Pereira, para que o mesmo pudesse proceder à leitura da declaração de voto em relação a este ponto.

Mais uma vez o senhor Presidente da Câmara reiterou que está aberto à discussão e a chegarem a um consenso. Para se proceder a votação estão em condições todas as Freguesias e Uniões de Freguesia, à exceção de Almeida e Vilar Formoso que antes de serem votadas terão que, em primeiro lugar ser pronunciadas na Câmara Municipal. Das questões que estão a ser levantadas disse que não é dono da certeza, tem é uma convicção, que é a de que estão a trabalhar no sentido de dar resposta às necessidades do Concelho. Quanto aos documentos de Almeida e Vilar Formoso terem vindo à sessão da Assembleia explicou que aquele grupo de documentos foi o que esteve presente em reunião de Câmara e como não estão a esconder nada, vieram também à Assembleia, mas no caso de Almeida e Vilar Formoso não estão em condições de serem votadas.

Interveio a senhora Tânia Martinho para lembrar ao senhor Presidente que já o vereador Alexandre Gonçalves o tinha questionado do porquê de ter de votar as propostas em reunião de Câmara e ao que lhe foi respondido que seria para votar para as propostas serem submetidas à Assembleia Municipal. Questionou-o se seria um lapso de envio uma vez que não é para votar.

O Presidente de Câmara disse que, pelo menos os membros da Assembleia ficam com o conhecimento do processo.

Usou da palavra novamente a senhora Tânia Martinho para dizer que tem acompanhado este processo noutras Câmaras Municipais e que a sua opinião pessoal é a de que a Lei não é muito explícita em relação a este ponto, contudo verificou que noutras Assembleias Municipais as próprias propostas das Juntas de Freguesia foram à Assembleia Municipal. Mais disse que gostava de deixar claro que, se efetivamente estão confortáveis com a não colocação a votação, não vê mal nenhum nesse sentido, mas criou-lhe uma grande dúvida e muito espanto, dado que “veio no mesmo rol”. Contudo, disse que até pode dizer que o seu voto e muitos dos votos dos membros do Partido Socialista é o de votarem favoravelmente, uma vez que consideram e acreditam que as propostas que foram aceites pelas próprias Juntas de Freguesia foram por elas analisadas e entenderam que visam a prossecução dos interesses da população das próprias freguesias. Contudo, na sua opinião pessoal, não pode deixar de mostrar o seu descontentamento em relação à ausência de informação pertinente que lhes possibilite uma avaliação clara e inequívoca do processo pois mesmo em relação à informação das freguesias que aprovaram a proposta, não se consegue perceber quais as competências delegadas, é pois por isso um processo um

pouco confuso, até para não dizer que revela alguma desconsideração pelos deputados municipais, contudo acredita que o Executivo Camarário tenha procedido em conformidade legal e zelando pelos interesses de todas as freguesias.

51 -  
MARTINO  
laes.

Pedi para intervir o senhor João Fabião, que começou por dizer que enquanto deputado municipal, mas também em representação de Vilar Formoso, gostava de subscrever a nota do colega Carlos Pereira porque se revê inteiramente na Declaração de Voto por ele proclamada. Não obstante, disse que começa a ser endémico a falta de cumprimento de prazos, regulamentos e lei por parte do Executivo, não só neste assunto, mas também noutros. Afirmou também, que relativamente aos documentos, falou-se em transparência nos processos, mas considera que tudo o que ali está vertido na apresentação daqueles documentos é falta de transparência. Disse haver falta de documentos que o inibem de fazer uma avaliação clara daquilo que são as transferências de competências, havendo documentos que vêm a um ponto de aprovação que não vão ser aprovados, coisa que, apesar de ser a sua primeira Assembleia Municipal, já esteve presente em muitas outras Assembleias de outros órgãos e não é costume tal acontecer. Se os documentos são colocados num ponto de aprovação têm de ser aprovados que é assim que ditam os regulamentos deste ou de qualquer outro tipo de órgão deliberativo, deixando uma nota de repúdio à Mesa da Assembleia que coloca este documento num ponto de aprovação, mas claramente parece não querer cumprir com isso, parecendo-lhe que o Executivo quer esconder documentos quer neste quer noutros pontos anteriormente discutidos.

O senhor Presidente disse que pretende apenas dizer que palavras como esconder e outras não cabem na sua maneira de ser e de estar porque ele tem consigo todos os elementos e se o senhor João Fabião tiver alguma dúvida que pergunte que ele está lá para responder em concreto.

Interveio o senhor Presidente da Assembleia para questionar o senhor João Fabião que documento é que a Mesa não colocou a votação se ainda não sabe qual vai ser o desfecho.

Respondeu o senhor João Fabião, dizendo que já foi dito naquela Assembleia que as propostas de Almeida e Vilar Formoso não iam ser votadas e por isso fez aquela nota.

O senhor Presidente da Câmara declarou que ninguém disse que não iam ser votadas, o que disse foi que não estavam em condições de ser votadas, que é diferente. Na sua maneira de ver têm de passar no órgão para estarem em condições de serem votadas.

Respondeu o senhor João Fabião, dizendo que aguardará a decisão da Mesa em relação às freguesias de Almeida e Vilar Formoso, mas também em relação aos documentos. É certo que eles estão ali com o senhor Presidente de Câmara, mas para uma pessoa ir preparada para a reunião necessita de os receber atempadamente pois, obviamente perceberão que são documentos de demasiada complexidade e que exigem tempo e disponibilidade necessária para a sua avaliação e que não se pode ter no momento da reunião. Continuou a dizer que não entende a razão dos atrasos, mas fica a nota de que os documentos estão aqui presentes apesar de não terem tempo de os analisar em conformidade.

Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia, perguntando se mais alguém gostaria de intervir. Não havendo mais questões, disse que não é jurista, mas louva-se nos pareceres que o Presidente da Câmara pediu, tendo ele já dito que não foram elaborados por ele e que se assessorou no sentido de serem cumpridas as legalidades. Mais disse que o conforta, havendo alguma dessas hipotéticas ilegalidades, o documento ser apreciado pela DGAL, e, naturalmente que se houver, cá estarão, quer a Assembleia, quer o Executivo, para proceder em conformidade. Alguns dos documentos

irão ser votados, até porque o Presidente da Câmara já esclareceu naquela Assembleia que os dois documentos, relativos à Junta de Freguesia de Almeida e de Vilar Formoso vieram apenas para se dar conhecimento, para que a Assembleia soubesse o ponto de situação em que estavam as negociações, não vendo qualquer falta de transparência nisso. Posto isto, disse que iria colocar a votação as catorze freguesias em que houve acordo com o Município. Relativamente à questão levantada pela senhora Tânia Martinho disse que também era seu propósito questionar a Assembleia se deveriam votar as catorze freguesias individualmente ou na sua globalidade, mas é de sua opinião que o processo mais correto seja votá-los individualmente, pois pode haver sentidos de voto diferentes.

*Tânia Martinho*  
*lana.s.*

Colocado a votação o ponto relativo à “Transferência de Competências para as Autarquias locais – Lei 50/2018, de 16 de agosto e Decreto-Lei 57/2019, de 30 de abril – Atas das Assembleias de Freguesia”, procedeu-se à votação individual das propostas de cada União ou Junta de Freguesia, seguindo a ordem alfabética:

- Junta de Freguesia de Castelo Bom, aprovado, por unanimidade;
- Junta de Freguesia de Freineda, aprovado, por unanimidade;
- Junta de Freguesia de Freixo, aprovado, por unanimidade;
- Junta de Freguesia de Malhada Sorda, aprovado, por unanimidade;
- Junta de Freguesia de Nave de Haver, aprovado, por unanimidade;
- Junta de Freguesia de S.Pedro do Rio Seco, aprovado, por unanimidade;
- Junta de Freguesia de Vale da Mula, aprovado, por unanimidade;
- União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira, aprovado, por unanimidade;
- União de Freguesias de Azinhal, Peva e Valverde, aprovado, por unanimidade;
- União de Freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela, aprovado, por unanimidade;
- União de Freguesias de Junça e Naves, aprovado, por unanimidade;
- União de Freguesias de Leomil, Mido e Senouras, aprovado, por unanimidade;
- União de Freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha, aprovado, por unanimidade;

Pedi para intervir, antes da conclusão daquele ponto, o senhor João Fabião, para informar o senhor Presidente da Assembleia que fará chegar uma Declaração de Voto pessoal ao secretariado daquele órgão, relativamente àquele ponto, tendo em consideração que a sua intervenção não foi tão extemporânea quanto isso. Solicitou que lhe fosse dado tempo, pelo menos até ao fim da reunião ou até a um dia útil para que a pudesse redigir.

O Presidente da Assembleia assentiu e passou ao ponto seguinte.

### **13. 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022 e 13.ª Modificação aos Documentos Previsionais 2022;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que sobre a 3ª. Revisão às Grandes Opções do Plano, Orçamento de 2022 e 13.ª Modificação aos Documentos Previsionais 2022 explicou que algumas das obras não conseguiram colocar em execução e retiraram a previsão de receitas que essas obras reproduziam, até porque lançou novamente os concursos e estão repetidamente desertos. Não tem havido concorrentes ou concorrentes que reúnam as condições,

porque formularam mal as propostas. Concluiu, dizendo que a proposta é de fazer a revisão orçamental e ir colocando o que se prevê na realidade a receita deste ano.

Usou da palavra o senhor António Frias, para solicitar um esclarecimento. Disse que o documento é claro, há uma anulação de receita do Portugal 2020 e uma anulação de despesa de investimentos que devem também estar todos enquadrados no Portugal 2020, embora tenha dúvidas em relação a alguns, no entanto, ao analisar o documento, foi consultar a última Alteração que foi feita ao Orçamento, datada de 21 de novembro, a Alteração número 10, em que uma das rubricas o chamou à atenção. A dúvida prende-se com o reforço de 20.000,00€ (vinte mil euros) para a Feira de Caça, Pesca e Desenvolvimento Rural. Tinha uma dotação de 272.000,00€ (duzentos e setenta e dois mil euros) e ficou com uma dotação de 292.000,00€ (duzentos e noventa e dois mil euros), pelo que gostava de ser esclarecido sobre o facto de em 21 (vinte e um) de novembro ter sido feito esse reforço de verba porque não vê sentido de, aos meses que foi a Feira, e estar nessa altura de 21 de novembro a fazer um reforço que presume que seja para pagar compromissos assumidos não sabe como, se não havia dotação suficiente, pelo que pede que seja esclarecido.

O Presidente de Câmara esclareceu que fazia confusão se fosse para assumir compromissos que estavam para trás, mas os compromissos são para a frente. Informou que estão a preparar concursos para lançar agora para serem plurianuais para poder ter a Feira a ocorrer no início de fevereiro e é para se ter essa disponibilidade, e se poder fazer essa despesa.

Reiterou o senhor Frias, questionando o Presidente de Câmara, dizendo que o que este lhe está a dizer é que está a assumir compromissos em 2022 para a dotação da Feira. O senhor Presidente respondeu-lhe que sim. Concluiu o senhor António Frias, dizendo que gostava que ficasse registado em ata aquilo que o senhor Presidente acabou de referir.

Intervio a senhora Tânia Martinho, para dizer que suscitou a dúvida do que o senhor Frias estava a perguntar, questionando o Presidente da Câmara se então esses 20.000,00€ (vinte mil euros) é para uma dotação plurianual, no Orçamento plurianual. Não é explícito na Revisão que parece ser de 2022, mas está a referir-se a uma rubrica plurianual então, ao que o senhor Presidente de Câmara respondeu que sim, é plurianual.

Sem mais intervenções, o Presidente da Assembleia colocou em votação a 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022 e 13.ª Modificação aos Documentos Previsionais 2022, tendo o documento sido aprovado, por unanimidade.

#### **14. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023;**

O Presidente da Câmara fez uma breve intervenção, de forma a transmitir à Assembleia, a dificuldade que foi a de se conseguir fazer o orçamento. Disse que este ano já previa ter uma dificuldade acrescida para se conseguir fechar. Disse que é verdade que conseguiram que no Orçamento de 2022 houvesse um acréscimo em muitas rubricas até porque houve essa disponibilidade financeira, mas não a podem utilizar na formação do Orçamento do ano de 2023, pelo que as suas limitações não permitem prover todas as rubricas que gostariam de ter essa dotação, tendo de tomar opções daquelas que podem fazer e da expectativa que podemos ter no próximo ano da parte da execução. Mais disse, que o exercício que foi feito, foi o de tentar ir buscar o máximo de receitas para se conseguir alocar todas as despesas que preveem realizar, sendo certo que a despesa que têm tido com combustível e com os custos

Martinho  
Lares.

acrescidos que se têm vindo a verificar, os limita muito nas decisões. Disse que, embora pareça que tenham um acréscimo das transferências do Estado, para de alguma forma, suportar a subida da inflação, na realidade, essa subida não vai chegar para suportar a subida dos vencimentos dos próprios funcionários. Diz concordar com o acréscimo do vencimento dos funcionários e das remunerações, sendo certo que também terá que ser feito o exercício do financiamento das autarquias pois estas autarquias mais pequenas estão muito penalizadas com a Lei do Orçamento de Estado do Financiamento das Autarquias Locais. Se nas cidades, as receitas que são provocadas por IMI's e por outros impostos que permitem que os orçamentos funcionem de uma forma muito melhor, já aquelas que vêm os orçamentos a diminuir pela diminuição da população, também se deveria ter a despesa a diminuir, mas essa não está a diminuir, está a aumentar e o fosso entre a despesa e a receita começa-se a sentir cada vez mais. Mais referiu que o Orçamento que traz para ser aprovado foi aquele que foi possível fazer e colocar na expectativa das intervenções que pretendem fazer e que venham a ter o seu início durante o ano de 2023, sendo certo que vão necessitar depois do reforço do saldo de gerência para conseguir lançar e dotar ainda algumas rubricas que ainda precisam de ser acrescentadas para se conseguir resolver o ano. Mencionou que têm despesas que já estão contratualizadas e previstas, estando todas vertidas no documento, mas quanto a novas despesas terão de fazer a utilização desses fundos, senão não conseguiriam fechar o ano, como foi o caso deste ano, com um esforço enorme. Aquilo que pagavam de energia e começaram a pagar é uma diferença muito grande e as dificuldades vão aumentar. A perspetiva que colocam naquele Orçamento é a de continuar a funcionar com os equipamentos todos a operar a 100 por cento, obrigando a um esforço grande para os manter, prevendo que a continuar este cenário, daqui a alguns anos terão de tomar decisões difíceis, daí propor a aprovação deste Orçamento, estando aberto a esclarecer alguma questão.

5  
Mário  
Lanes.

Pedi para intervir o senhor João Fabião para dar nota de que, mais uma vez entrando no campo endémico do incumprimento de regulamentos e considerando que o Regulamento Municipal do Conselho Municipal da Juventude prevê, no artigo 18.º, ponto 1 que o Plenário reúna ordinariamente quatro vezes por ano e que, também no artigo 7.º, alínea a), do ponto 1, prevê que este mesmo órgão para além das reuniões que deve executar ordinariamente e não executa, uma vez que a última vez que reuniu foi o dia 25 de abril do corrente ano, emita um parecer sobre o Orçamento, obrigatório e não facultativo e que não o vê ali apresentado naquele ponto. Continuou a sua intervenção, colocando a questão de porquê é que o Executivo não convoca, quer este conselho e que, obviamente, a sua conclusão, que pode ser um pouco precipitada, mas da leitura que fez do Orçamento não será assim tão precipitada, é que haverá falta de visão e de estratégia para os jovens do concelho. Disse defender esta ideia porque aquilo que está presente naquele Orçamento em nada um jovem se pode identificar porque não passa de mais do mesmo, de obras estruturais, de infraestrutura, sem nenhum tipo de projeto ou investimento que dê aos jovens uma perspetiva futura e tenha capacidade de atração de novos jovens. Disse que tinham uma boa oportunidade e que se veio a verificar com a pandemia, dizendo que ele próprio usufruiu dessa oportunidade, que é o trabalho remoto e o regresso às nossas origens, pelo que perguntou ao senhor Presidente da Câmara qual é a visão de futuro para os jovens, se entende que o concelho tem capacidade e potencialidade para atração de jovens. Se sim, em que projetos é que eles se podem rever, senão, o que é que há para mudar na orientação estratégica da Câmara Municipal de Almeida.

Seguidamente, usou da palavra o senhor João Filipe Coelho. Disse que vivemos um período em que a inflação atingiu valores que há muitos anos não se registavam e o mesmo acontece com os índices de cálculo das revisões de preços das empreitadas que dispararam em flecha. A sua questão é se o Orçamento de 2023 prevê as verbas necessárias ao pagamento deste “sobrecusto” que as empreitadas vão ter. Questionou também se o cálculo que é da responsabilidade do dono de obra está a ser feito mensalmente nos autos de medição ou se o mesmo se está a deixar para o final das empreitadas. Aproveitou para questionar também, como não tiveram resposta, sobre aquela que considera a principal empreitada que está em curso, a de Vilar Formoso e que já se arrasta há quatro anos, preocupa-o se está a ser calculada a revisão de preços.

Miguel  
Lane S.

Interveio a senhora Sónia Cunha que, relativamente ao Orçamento, questionou sobre os 90.000,00€ (noventa mil euros) dotados na rubrica para realojamento da habitação social do Arrabalde de S. Francisco, na página doze, dizendo que gostava que a esclarecesse sobre o que é que está projetado, onde é que vai ser aplicado aquele valor, se é para reabilitar as próprias casas, se é para realojar, gostava de saber qual é o plano.

Usou da palavra o senhor Carlos Pereira que, como representante da Junta de Freguesia, solicitou autorização à Mesa para proceder à leitura de uma Declaração de Voto, relativa ao Orçamento de 2023 e que será integrado a esta ata como anexo 3.

Usou da palavra o senhor Miguel Pinto, para tecer algumas considerações relativas ao Orçamento. Afirmou não ser fácil com as verbas que são atribuídas ao Município. Disse que em tempos se falou e se discutiu a verba destinada ao Município de Almeida ter sido reduzida no ano anterior. Este ano, acredita não ser tanto esse o motivo, mas sim pela forma como os preços escalam a cada dia, dizendo que também se espelhará nas obras que são lançadas para concurso e não se conseguem adjudicar, pelo que considera um problema grande que vai existir no próximo ano e no futuro. Há questões no Orçamento que não são de fácil verificação, não é facilmente visto o destino de algumas das opções programáticas do Executivo, nomeadamente no apoio ao associativismo, que também julga ser de realçar e é um investimento bastante elevado que o Município tem. Não obstante, há investimentos que estão delineados em Orçamento que considera que podem ser “uma pedrada no charco que é cada vez maior”. Mais disse que o Orçamento traz medidas que são de louvar e só não traz mais por aquilo que não lhes é permitido dados os recursos que são disponibilizados para a Câmara Municipal. Ainda assim, disse que é de reconhecer a manutenção da devolução da participação da totalidade da participação variável do IRS para as famílias e o facto de termos o IMI no mínimo e a derrama que foi uma questão não colocada ali. Quanto ao Conselho Municipal da Juventude, do qual também faz parte, realmente não reuniu e devia ter reunido. Disse que se preocupou em falar antecipadamente do porquê de não estarem marcadas datas, não sabendo se o senhor Presidente poderá falar sobre o assunto, dizendo que aquilo que lhe foi dito foi que, por incompatibilidade de datas e por volume de trabalho das divisões que estão encarregues do assunto não foi possível marcar mais cedo, mas que estava marcada uma reunião para dezembro. O que é facto é que diz que deveriam ter feito essa deliberação, ficando como nota para os próximos anos.

Falou o senhor António Frias dizendo que gostaria de fazer a sua apreciação sobre o Orçamento, dizendo que o mesmo quase parece o Orçamento anterior, com algumas dotações diferentes em algumas rúbricas. Disse que não consegue articular um discurso com algum ânimo perante os

orçamentos que lhe vão transmitindo de ano para ano. Disse que gostaria de ter algumas explicações sobre algumas rubricas, mas vai apenas frisar uma explicação que gostaria de ter, e que está relacionada, também, com o que foi escrito na introdução do próprio Orçamento. Disse que tal como disse o Presidente, virá o saldo de gerência anterior, vai-se reforçar diversas verbas, mas para não se esquecer de fazer reforço ao nível das despesas correntes pois estas sim já deviam estar todas assinaladas. Disse que a modo de exemplo, pretende falar da transferência através de acordos de execução para as Juntas de Freguesia onde viu uma verba de 267.000,00€ (duzentos e sessenta e sete mil euros), sabendo que ela irá ser maior, talvez. Questionou, como é que pode acreditar num orçamento que tem mais dotação para a organização de um evento, concretamente, a Feira de Caça e Pesca de Vilar Formoso do que para a transferência de acordos de execução para as Juntas de Freguesia. Prosseguiu, afirmando que há coisas que não consegue compreender. Vê que há algumas coisas úteis, mas não vê o que seria necessário e que era uma mudança radical no desenvolvimento do concelho, no seu ponto de vista. Mencionou que há algo que o preocupa bastante. Disse parecer-lhe que, agora, o Município anda muito preocupado, e por um lado faz bem, defendeu, em divulgar todas as atividades que fazem, mas desde que isso atraia pessoas, no entanto, diz que, por vezes, depois se vão esquecendo de certas coisas. Por exemplo, diz que o Município divulgou o festival Blues and Rock, Vilar Formoso Fronteira da Paz, mas que não o conseguiu encontrar no Orçamento. Dando por terminada a sua intervenção, concluiu dizendo, que não é com aquele arrojo e com aquela audácia que se consegue minimizar a forma como o concelho está e, na sua humilde visão, se não se tiver a visão que outros têm, que é a de fazer investimentos úteis, não pode votar a favor, pelo que o seu voto vai ser contra, pois não se revê naquele Orçamento.

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Começou a sua intervenção, fazendo uma "mea culpa" por não ter convocado o Conselho Municipal de Juventude. Disse que fez questão de estar nas primeiras reuniões, mas realmente "passou-lhe", mas disse que pretende marcar as reuniões até para ouvir as propostas que os jovens têm para apresentar, de forma a ouvirem as propostas e as possibilidades de as poderem vir a concretizar. Mas fazendo uma declaração própria, referiu que as partes endémicas têm muitas partes de se corrigir, mas não é a da forma que foi colocada que as coisas funcionam porque há coisas endémicas bem piores. Quanto à questão levantada pela senhora Sónia Cunha, disse que têm vindo a notificar algumas das famílias para haver a transferência das próprias casas, vai ser possível, caso se verifique a 100 por cento as questões que já foram efetuadas da possibilidade de ver as zonas que vão ficar disponíveis para fazer projeto e depois poder-se fazer obra nos espaços que, entretanto, fiquem disponíveis. Referiu que é também intenção do Município voltar a fazer projetos no interior das muralhas, em algumas edificações que estão identificadas e que possam fazer, pelo que a verba apresentada é uma mistura das duas coisas, pode haver intervenção para melhoria das casas para haver transferência dos locais e projeto de novas construções.

Quanto à questão levantada, relativamente às medidas, respondeu, dirigindo-se ao senhor membro da Assembleia em substituição João Fabião, que o mesmo tinha acabado de votar, uma das medidas que ele considera importantes, dizendo que, se ele tem oportunidade de vir trabalhar para o Interior por causa do teletrabalho, não acredita que isso seja uma solução para o Interior, nem tanto, as campanhas de regresso vê como sendo de resolução para o Interior. São mecanismos desses que coloca à disposição que podem fazer diferença, como todos os regulamentos que ali votou é para o incentivo à fixação e ao empreendedorismo. Para além disso, disse que também gostava de já ter aprovado muitas

das propostas, mas também já ouviu palavras da Ministra da Coesão, dizer que o projeto da Comunidade Intermunicipal é um dos melhores que está apresentado, muitos dos projetos que estão a ser ali reivindicados estão lá vertidos e se estivessem aprovados conseguia tê-los ali dotados, mas como não estão, não tem verba para o fazer. Mais disse, que gostava de ter a ligação de Vilar Formoso aprovada, bem como o Parque TIR, os projetos já estão colocados há algum tempo para ser executados, como a questão da Guarda Nacional Republicana, informando que escreveu por diversas vezes ao Ministro a dizer que estava disponível para lançar a obra e poder colocá-la em Orçamento, mas sem a aprovação não pode ficar, está lá a rubrica, mas está a zero. Disse que com estas questões resolvidas, de certeza que conseguiriam dar outra dinâmica e outro desenvolvimento. Disse que é necessário que o Governo olhe para os problemas que existem na nossa região, e que não vão fazer qualquer alteração sem uma ajuda efetiva porque muitas promessas são feitas mas depois na hora de cumprir não se cumpre nenhuma, mas daquilo que ele se comprometeu e se compromete, foi candidato ao concelho e não só candidato a Vilar Formoso ou só Almeida, e isto, disse, para responder à questão levantada pela Junta de Freguesia de Vilar Formoso. No seu programa estão muitas intervenções que também estão vertidas no Orçamento e pretende dar-lhes resposta, mas pode-se concordar mais ou menos com as intervenções. Disse que já respondeu em reunião de Câmara que há questões que não têm capacidade em termos das verbas que têm disponíveis no que se refere a capital e não conseguir recorrer novamente ao saldo de gerência para se poder dotar. Disse que tomou esta decisão com incapacidade de as poder dotar, com base no capital disponível. Referiu que também está envergonhado de não ter o Orçamento Participativo em funcionamento. Quer primeiro colocar os compromissos que já tem e gostaria de lançar um processo que considera importante, da participação da população, de definição de algumas intervenções que possam vir a fazer. Das propostas que estão a fazer, pode ser pensado que é muito betão, mas disse não o considerar, reconhecendo que as acha importantes. Contudo, relembra que quando fez a projeção das intervenções, os custos de vida eram uns e hoje em dia são outros, e não é de inflação de 10%, em construção estamos a falar de mais de 40 por cento com obras a ficarem desertas. Ainda não têm os índices todos e só vão ter à posteriori, mas as projeções são feitas. Mais informou que estão a fazer revisões de preços e o respetivo pagamento dessas revisões de preços, tendo, inclusive de fazer alterações de rubricas para se poder efetuar esses pagamentos. Disse que também ele, por vezes, se sente cansado porque já queria as obras concluídas, só que é uma questão de pormenor e não de projetos. Disse também que é sua opinião que o Interior, sem haver uma verdadeira política de coesão não vai ter a vida fácil no futuro, e com base também no pronunciado pela OCDE, as perspetivas para Portugal são muito más. Prosseguiu, mencionando que se não se tiver atenção à emigração, a população vai diminuir, Portugal vai sofrer no seu todo e que nós iremos sofrer a quadruplicar e ele não foge à realidade, o que se assiste é a um envelhecimento galopante e a fixação de jovens difícil, mas o senhor membro em substituição já teve hipótese de aprovar regulamentos para que os jovens fiquem no concelho.

Interveio o senhor João Fabião para dizer que solicitou a palavra à Mesa para Defesa de Honra. Disse que o senhor Presidente da Câmara já mencionou por duas vezes que é deputado em substituição, pedindo que não o fizesse novamente porque estando ou não em substituição, não menoriza em nada, a sua participação ou a sua representação naquele órgão. Disse que, efetivamente está em substituição,

Ministro  
Lanes.

mas tem todos os mesmos direitos e deveres como qualquer outro deputado municipal pelo que considera que não é dessa forma que se lhe deve dirigir.

Usou da palavra a senhora Sónia Cunha, para dizer que em relação à resposta que lhe deu o senhor Presidente de Câmara espera que chegue a bom porto e que aquelas pessoas sejam realojadas e passem a viver em situações condignas pois considera que aquilo é um atentado à salubridade. Para além disso queria fazer um esclarecimento. Disse que não sabia se o senhor Presidente da Câmara tinha conhecimento, mas pensa que não, sobre aqueles terrenos onde estão aquelas casas pertencerem ao Enchido, que é um terreno baldio e que, na altura foi emprestado para lá serem colocadas as casas. No dia em que as casas forem tiradas, os terrenos são da Junta de Freguesia de Almeida. Disse que não é ela que o diz, está escrito em ata, pelo que não sabe até que ponto o Presidente de Câmara poderá ter algum projeto para lá sem o conhecimento da Junta de Freguesia de Almeida.

Relativamente ao Orçamento diz que quer fazer uns pontos de referência. Disse que já é o quinto ano que vota o Orçamento e a referência mantém-se nas ruas que dão acesso a casas em terra batida e que continuam sem ser orçamentadas, dando como exemplo, o caso da Rua da Fonte Nova, Rua da Sarsa, o sítio da Chagona, Rua da Raposeira, a requalificação urbana do Arrabalde de Santo António tem lá muitas zonas de casas em terrenos com barrocos, uma vez mais o Estádio Municipal que, pelos vistos, apesar de ser Municipal para a Câmara não existe, porque está no estado em que está há imensos anos e continua a não haver preocupação em reabilitá-lo, dizendo que aquele muro é uma vergonha. Disse também querer fazer uma referência à zona envolvente do cemitério, dizendo que é lamentável aquela Torre, e insiste naquilo há cerca de quatro ou cinco anos, pelo menos deveria ser pintada. Lamentavelmente, diz, viu uma publicação na rota turística da Viagem do Elefante pois, pelos vistos Almeida está na rota e viu que colocaram aquela Torre como ponto de referência de Almeida, tendo-se sentido envergonhada por o terem feito, pois quer a Torre, quer a zona envolvente está num estado de abandono. Quis referir também que não percebe como é que se gastam 384.000,00€ (trezentos e oitenta e quatro mil euros) nas obras das Portas de S. Francisco e zona envolvente e como até agora ainda não houve ninguém a ter uma atitude de estranhar ali se fazer um passeio que metade é redondo e a outra metade é aos ziguezagues, a menos que seja uma nova forma de arquitetura que desconheça. Concluiu a sua intervenção, questionando, com estas obras todas, e que são essenciais a Almeida há demasiados anos à espera de serem feitas, como é que este Executivo gasta 500.000,00€ (meio milhão de euros) em duas festas e depois diz que não tem dinheiro para fazer estas intervenções. Mencionou que ainda o ano passado lhe disse que nem que fosse uma intervenção por ano e em cinco ou seis anos teriam as coisas em condições.

Usou da palavra o senhor Carlos Pereira. Mencionou, que tal como disse o senhor Presidente da Câmara, ele tem estado presente em reuniões de Câmara, contudo, continua é sem ter resposta para quais é que são efetivamente os projetos estruturantes para o concelho de Almeida para 2023. Por outro lado, disse que gostaria de elogiar a coragem do deputado Miguel Pinto por “dar o corpo às balas” e tentar defender coisas que ele acha que não têm defesa, até porque como se viu agora tratou-se apenas de um lapso, na verdade.

Interveio o senhor João Filipe Coelho, dizendo que gostaria de perguntar, e com base na resposta que deu o senhor Presidente da Câmara, acerca das revisões de preços se eles estão a ser calculados mensalmente e pagos os autos e, uma vez que não aceitou o auto de protesto da informação

que queriam ter e não têm sobre a empreitada da Revitalização da Zona Comercial de Vilar Formoso, pretendia então saber se o valor da obra cuja adjudicação era de cerca de um milhão e setenta e sete mil euros e está em noventa e tal executado se já lá tem incluído a revisão de preços ou não, ao que o Presidente respondeu que não.

Usou da palavra o senhor João Fabião para, em resposta à explicação do senhor Presidente responder, que assume que nenhum jovem se possa identificar com aquele orçamento porque não vê lá nenhum projeto concreto de atração de jovens. Disse que a resposta do senhor Presidente se prende com projetos passados que é o caso do espaço do Imaculada Business Center, que já está em curso, dando os parabéns por esse facto, dizendo que ainda bem que avançou, pois, é um dos poucos projetos projetados que avança, mas, disse que se está a discutir o Orçamento de 2023 e este Orçamento na sua opinião não espelha nenhum tipo de projeto concreto direcionado aos jovens. Há aqueles que resistem cá, que persistem, e há aqueles que tendo de ir embora por força dos estudos possam aqui também regressar e estabelecer-se aqui. Diz que concorda com o Presidente da Câmara quando ele diz que a solução não é o trabalho remoto não é a solução concreta, mas é uma das, e não haverá uma só solução para resolver ou mitigar um pouco a desertificação do Interior e a fuga dos nossos quadros, que defende que temos muitos no nosso concelho. Relativamente às obras que o Presidente referiu, e que, inclusivamente já reuniu com o Governo, mas diz que, pelo que sabe, do que tem conhecimento em relação ao Parque TIR é que o Executivo não apresentou projeto concreto para o Governo poder avançar com esse projeto, que considera tão importante para o concelho, principalmente depois da abertura do Porto Seco na Guarda, dando relevância ao nosso Parque TIR. Prosseguiu, questionando o senhor Presidente, tirando as obras estruturais, sobre qual é a orientação estratégica para os jovens do concelho.

O senhor Presidente disse que tem consigo uma proposta de Despacho conjunto para fazer as obras. O Governo ou alguns elementos, o Ministro das Finanças, o Ministro da Habitação e da Coesão Territorial, da proposta para aprovação das medidas do grupo de trabalho pois estão lá várias medidas elencadas e algumas delas eram interessantes de ser implementadas com jovens mas uma delas e foi aquela que houve trabalho, que foi na realização dos projetos e que foi o Município que avançou são colocadas já verbas para serem realizadas e estão orçamentadas em 2.200.000,00€ (dois milhões e duzentos mil euros) para o Parque TIR e estão 775.000,00€ (setecentos e setenta e cinco mil euros) para a ligação, que já passou a constar nas intenções e se existem estas verbas foi porque foi feito trabalho porque senão não existia nada e ele gostava era de ter visto estas propostas no Orçamento de Estado, mas não estão lá por alguma razão, mas não digam que é por falta de empenho do Município mas sim por falta de cumprimento das propostas que estão a ser feitas, e o projeto também não falta porque está nas Infraestruturas de Portugal. Mais disse que existiam outras propostas que estavam lá elencadas e que não competiam ao Município, questionando se está alguma colocada, e respondendo, simultaneamente que não, mas têm de ser feitas, mas a culpa é sempre do Presidente da Câmara que não faz ou não reivindica o suficiente. Acrescentou que as propostas que estão no Orçamento são claras e objetivas e os regulamentos, quando os trazem é para fazer esse incentivo à fixação de população. Disse que também é necessário dotar o orçamento para poder responder a estas iniciativas e reservar alguma capacidade para a poder fazer. Disse que transmitiu à Assembleia que, com a receita que têm, não têm capacidade de fazer muito mais. Disse conhecer só mais duas formas de o fazer, que era ter conseguido aprovar estes projetos no programa Portugal 2030 para os conseguir colocar e dotar ou fazer endividamento para

MARIA  
Lana S.

conseguir ter uma capacidade maior de execução. Mais referiu que quer aproveitar para esclarecer que, em termos estratégicos assinala a Ligação, o Parque TIR, bem como a intervenção no centro de Vilar Formoso, a reorganização da Feira e a Imaculada e zona envolvente, que é um investimento muito grande, que se tiverem apoios conseguem acelerar, se não tiverem tem de ser feito com o devido tempo. Assinala também como estratégicos a obra do Destacamento do Posto Territorial de Vilar Formoso, que melhorará não só condignamente, como melhorará a parte urbana naquela zona, como e mais importante, é que poderão garantir que continue cá o Destacamento e que cá se fixe. O Ministro da Administração Interna voltou a falar da situação cinco anos depois, porque o ouviu em Almeida em 2017, onde veio prometer essa intervenção e na Guarda também o voltou a ouvir. Disse que ficou contente por ouvir pois é sinal que ainda não se esqueceram, mas também teve oportunidade de lhe dizer que queria reunir com ele brevemente para conseguir resolver essa questão de uma vez por todas e ser lançada. Era bom para Vilar Formoso e para o concelho.

Pedi para intervir o senhor João Filipe Coelho, que no enquadramento das obras prioritárias, quis saber o ponto de situação do Quartel das Esquadras, no âmbito do programa REVIVE, que está em avaliação. O senhor Presidente informou que já enviou a avaliação. Mais disse que se houvesse vontade, competia ao Turismo de Portugal resolver e o Município está a fazer um trabalho que não lhe compete. Concluiu, dizendo, que se houvesse mesmo vontade já tinha sido feito e lançado e não se andava com desculpas a dizer que é o Município que está atrasado. Até o Turismo Avançado está prometido e as intervenções estão todas na fronteira.

A senhora Tânia Martinho solicitou a palavra ao senhor Presidente da Assembleia, para dar nota do Voto de Vencido do Grupo do Partido Socialista, procedendo à sua leitura. O referido documento fará parte integrante desta ata como anexo número 4.

Interveio o Presidente de Câmara para se dirigir à senhora Tânia Martinho, dizendo-lhe que esta tem responsabilidades concelhias na parte do Partido Socialista e ele recebeu uma proposta de realização do orçamento deste ano, sendo que a mesma não tinha nenhuma proposta, nenhuma estratégia e só lá tinha escrito pequenas intervenções que consideram importantes e que ele também considera e que também estão vertidas.

A senhora Tânia Martinho respondeu que foi, de facto, solicitado através de um email enviado para a caixa de correio errada como foi explicado na resposta do Partido Socialista, quando ela assumiu a concelhia. Disse que a intenção foi a correta, fazendo alusão ao Direito de Oposição, o Município tentou questionar, mas não foi, infelizmente, da forma mais correta pois não caiu nas mãos certas. Disse que o Município não tem culpa, mas considera que eles também não, e por isso a resposta foi aquela que foi possível dar no momento, segundo o prazo possível, que tinha já expirado. Afirmou, que de certeza que no próximo ano vão reunir e apresentar propostas concretas para que possam melhorar as condições de vida dos munícipes.

O Presidente da Assembleia colocou a votação as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023, tendo sido deliberado, aprovar, por maioria, com 19 (dezanove) votos a favor, 9 (nove) votos contra e 2 (duas) abstenções.

MARTINHO  
Tânia S.

## 15. Mapa de Pessoal para 2023;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que sobre o Mapa de Pessoal para 2023, disse que o Mapa de Pessoal vem na consolidação do trabalho que está a ser feito, dizendo a todos que podem constatar que muitas das questões estão ali vertidas e o número de funcionários, com a delegação de competências da educação. Disse que continuarão esse trabalho, onde terá que haver uma intervenção maior até porque está a ser prevista a reforma de alguns funcionários em áreas importantes e os concursos têm de avançar o mais breve possível, nomeadamente, na questão do Veterinário Municipal que é uma das questões que o preocupa, bem como continuar o trabalho de consolidar o funcionamento dos serviços municipais.

Interveio a senhora Sara Correia. Disse que, enquadrando no ponto, e de acordo com o Decreto Lei 55/2020 de Ação Social, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da Ação Social, já a partir de janeiro de 2023, refere que gostaria de saber qual o plano de ação do Município relativamente a esta matéria que consideram de extrema importância para todas as localidades e freguesias do concelho, uma vez que o Mapa de Pessoal contém a contratação de apenas um funcionário na Ação Social e sabendo que a equipa multidisciplinar do SAS não terá continuidade nos mesmos moldes que estava a funcionar, passará o Município a receber a verba, pelo que pretende colocar as seguintes questões: de que forma será assegurado o trabalho efetuado pelo SAS, se será o Município a assegurar esse serviço ou se têm protocolo com alguma instituição e quando terão acesso à carta social municipal, cuja elaboração é da competência do Município e aprovação da Assembleia Municipal, carta essa que dá resposta a muitas preocupações da população do concelho.

Usou da palavra o senhor Jaime Varelas. Disse que em relação ao Mapa de Pessoal de 2023, nomeadamente ao quadro de pessoal afeto ao serviço das Termas da Fonte Santa, não conseguiu identificar qualquer vaga para contratações. Referiu não saber se estão incluídas no setor de saúde e ação social pois não conseguiu perceber pelo mapa apresentado. Mencionou que todos sabem que no período da pandemia da Covid 19 os colaboradores do Município que tinham formação e garantiam aquele serviço foram transferidos para outras funções fora das Termas devido a estas estarem encerradas, perguntando ao senhor Presidente da Câmara o porquê destes colaboradores não terem regressado às suas funções anteriores, após a reabertura das Termas. Devido a esta situação, houve necessidade de contratar precariamente pessoal para desempenhar essas funções durante o período de funcionamento das Termas, ou seja, entre maio e novembro, para depois ficarem novamente em situação de desemprego. Mais disse, que o grupo de pessoal contratado precariamente e que garantiram os variados serviços nesta época termal, terminaram no passado mês de novembro a sua ligação ao Município, ficando agora em situação de desemprego, pelo que considera que, no próximo ano, quando as Termas reabrirem seja necessária a contratação de novos trabalhadores, um novo período de formação, um novo período de adaptação. Se as Termas tinham agora uma equipa profissional que prestava um serviço de qualidade e que tinha sido bastante elogiada pelos utentes porque é que não se mantêm os mesmos funcionários, na manutenção da estabilidade da equipa. Questionou também, o porquê de as Termas da Fonte Santa encerrarem todos os seus serviços nesta época. Apesar da época balnear ter terminado, poderia manter-se os serviços de SPA, Bem Estar e Fisioterapia e até apostar em novas valências na área da saúde, fixando mais utentes e atraindo mais turistas. Referenciou que, como

di-  
MUNICÍPIO  
VARELAS

inclusive já ali foi dito, este ano até houve uma maior procura pelo que é sua opinião que se deveria pensar sobre o alargamento do período de abertura das Termas, dizendo que sabe que há falta de turismo hoteleiro, considerando por isso importante os acordos com as unidades hoteleiras dos concelhos vizinhos como já aqui foi falado, mas também com os próprios do concelho. Talvez se estes acordos já tivessem sido realizados se calhar ter-se-ia evitado o encerramento de unidades hoteleiras do concelho, como por exemplo, a Pousada de Almeida.

MAF  
Lanes

Interveio o senhor Presidente da Câmara para explicar que, em relação à questão da Ação Social, está previsto novo adiamento do início das competências até abril, o projeto que é transferido e que faz esse trabalho do SAS é possível haver essa transferência para o próprio Município. Disse que já falou com a instituição em causa e há esse entendimento de poder continuar durante o tempo que for possível e é com essa previsão que querem trabalhar, dotando a Câmara com mais recursos, estando concursos em curso para essa questão, mas também há uma interligação com a parte da educação. Há um projeto que designaram por "Universidade Sénior" que querem colocar em prática e que têm recursos que vêm mais da parte da educação e que vão trabalhar nessa parte social. A divisão é a mesma e alguma da perda existente vai ser compensada por aí, de projetos que já foram lançados como o "Mexa-se com Alma" que é um projeto importante para o concelho, referindo que quer continuar a desenvolver trabalhos nessa matéria. Já os compromissos, de atendimento e funcionamento da parte social, é com o reforço que já está previsto no quadro de pessoal.

Quanto às Termas, considera que devem ter os recursos necessários para responder à procura, porque a procura deixa de existir quando se passa o mês de setembro, caindo a pique, havendo dias de não haver qualquer serviço, pelo que não pode ter um recurso aberto com funcionários contratados para não ter ninguém. Afirmo que podem dizer que devem aumentar as campanhas publicitárias, que podem fazer investimento na divulgação, podem fazer sempre mais e melhorar, mas pediu ao senhor Jaime Varelas que não lhe dissesse que foi por causa das Termas que fechou a Pousada, porque não foi, e nem aceita que o possa dizer numa Assembleia. Gostava que a Pousada voltasse a abrir e que depois fizesse esse protocolo com as Termas.

Relativamente à Carta social, não tem novidades. Afirmo que é um trabalho que está entregue a uma Associação dos Municípios da Cova da Beira, dizendo que está uma equipa a trabalhar para fazer a carta social, mas não tem conhecimento do grau de execução. Acrescentou que estão a terminar a carta educativa, que julga até já estar em audiência prévia, vindo à posteriori à Assembleia para discussão.

Interveio novamente o senhor Jaime Varelas, que disse pretender realçar a sua intervenção anterior, que falou ao nível dos acordos com as unidades hoteleiras, caso esses acordos já tivessem sido pensados, uma vez que já existiam as Termas e já prestavam serviços, poderia ter evitado o fecho de algumas unidades hoteleiras no concelho, dando o exemplo da Pousada, mas que não disse que foi o Presidente o causador do encerramento do estabelecimento, afirmando que têm de ter uma visão futurista.

Interveio o Presidente da Câmara a dizer que o senhor Jaime Varelas disse que podia ter evitado. Disse ser a sua interpretação.

Colocado a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o Mapa de Pessoal 2023.

## 16. Resposta do Ministério da Saúde – Voto de Protesto

Já neste ponto, solicitou o senhor António Frias a palavra, dizendo que ainda relativamente ao ponto do orçamento, gostaria de indagar a Assembleia se alguém terá encontrado o Festival de Blues and Rock orçamentado. Esclareceu o senhor Presidente da Câmara que o mesmo não está referenciado, estando dotado em Outros Eventos, ao que o senhor António Frias questionou se sabe qual é a dotação, e respondendo, em simultâneo, que é de 5.000,00€ (cinco mil euros). O senhor Presidente disse que também tinha sido claro ao dizer que também tinha de haver reforço.

si  
MATEU  
Lanes

O Presidente da Assembleia iniciou este ponto, com a leitura na íntegra da carta enviada pela Chefe de Gabinete do Ministro da Saúde.

Referiu que gostaria de ouvir o que a Assembleia tem a dizer sobre isso, embora ele já tenha a sua opinião.

Inscreveu-se a senhora Maria Helena Alves, dizendo que pensa que será importante existir um novo contato, porque afirmou que estas coisas demoram muito tempo, mas na sua opinião acredita que foi uma resposta positiva, propondo que para além se responda novamente, e porque acredita que o Executivo vai ser capaz de criar condições de melhor atendimento dos utentes ao nível do concelho e dos utentes do Interior. Referiu que tem uma proposta para apresentar, mas ainda está em papel e não redigida. Essa proposta consiste em que a Câmara Municipal de Almeida decida sobre o eventual apoio/pagamento quanto a transporte, seguros de viagem, alojamento e refeições a médicos voluntários que possam vir a ser sensibilizados para a realização de consultas de especialidade neste Município, de forma periódica, de forma a colmatar atrasos nas consultas de especialidade, bem como a deslocação de munícipes, sobretudo dos mais idosos. Mais disse que se esta decisão for tomada, ela se compromete a iniciar a criação de uma bolsa de médicos especialistas para consultas periódicas no concelho e a propor eventuais protocolos institucionais com a Ordem dos Médicos e com Associações Médicas. Disse acreditar que vai conseguir que médicos aposentados venham ao nosso concelho, tal como vão a outros.

Interveio o senhor Leandro Morgado, como efetivo do Conselho Municipal de Saúde e uma vez que reuniram a semana passada, falaram no assunto e consideraram aquela carta uma não resposta, acreditando que foi uma resposta automática ao Voto de Protesto, no entanto, ao ouvir as palavras da Doutora Maria Helena, julga ser relevante aproveitar a sua sugestão, sendo de louvar que possa existir alguma solução para o nosso município. Voltando novamente à resposta, disse que acharam uma não resposta e uma desconsideração pelas pretensões e pelo Município de Almeida, considerando que estamos a ser desclassificados em relação aos municípios limítrofes, que mantêm aquilo que a nós nos foi retirado, mesmo mantendo os mesmos níveis de população, portanto não pode considerar aquela carta uma resposta válida, nem positiva.

Inscreveu-se a senhora Maria Helena Alves novamente, pretendendo clarificar junto do Executivo, aquilo que foi retirado, o que é que foi mantido nos outros sítios, qual é a discriminação para se poder resolver a situação, dizendo que, pessoalmente, desconhece essa informação. O senhor Leandro Morgado respondeu-lhe que aquilo que lhes foi retirado foi o SAP – Serviço de Atendimento Permanente com a justificação de que a população diminuiu, mas a população também diminuiu nos concelhos limítrofes e muitos deles continuam a manter esse serviço, sabendo que em todo o distrito da Guarda todos os concelhos mantiveram esse serviço, com a exceção de três.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Assembleia para dizer o que pensa sobre esta questão. Primeiro, quis congratular a Doutora Maria Helena Alves para o que se acabou de disponibilizar, dizendo que é certamente uma mais valia. De certeza que o Executivo vai avaliar, mas não lhe parece que se possa acarretar grande despesa e é um grande benefício. O que poderia comportar maior despesa seria o corpo voluntário. Julga que o Executivo certamente não irá desperdiçar essa oportunidade, como aliás já o faz com uma Fundação, no trabalho que desenvolve nas operações às cataratas, no domínio da Oftalmologia. Contudo, disse à Doutora Maria Helena que isso não dá resposta às questões concretas que ali se estão a levantar e que o senhor Presidente da Junta de Freineda já referiu, onde tem assento no Conselho Municipal de Saúde, tal como ele próprio. Disse que expressou o que acha daquela carta dizendo que para ele "Aquilo é chapa cinco", sendo uma desconsideração para com esta Assembleia Municipal e para com os cidadãos do Município de Almeida pois não dá resposta concreta às questões que foram levantadas. Defende que mereciam que as questões que foram levantadas, quer relativamente ao SAP quer, em relação à consulta aberta e à falta de médicos fossem respondidas. Dirigindo-se à Doutora Maria Helena, disse que ela tem muita esperança, uma vez que é um novo Ministro da Saúde, mas ele questiona se vão realmente ter resposta a estas questões. O Conselho Municipal de Saúde, uma das questões refere que considera mesmo um ato de discriminação, tal como referiu o senhor Leandro, de existirem doze municípios que têm o SAP e Almeida e mais dois concelhos foi-lhes retirado há mais de doze anos. Mais disse que não ia falar em nomes porque a ata do Conselho Municipal de Saúde ainda não está publicada, mas depois da ata publicada já poderá utilizar os nomes de quem disse que os SAP não seriam uma mais valia, são opiniões diferentes, e houve quem lhe respondesse que o que pretendem é tratamento igual porque os recursos que estão destinados a estes doze SAP sejam eles ou não úteis, segundo a opinião de alguns, seriam redimensionados e distribuídos por forma a que o concelho de Almeida tivesse outro tipo de resposta. Continuou dizendo, que a posição do Conselho Municipal de Saúde e aquela que julga que ali também deveria ser tomada era questionar o Ministério da Saúde com questões concretas, reivindicando respostas concretas, e não deixar que remeta, para o Orçamento de 2023, pretendendo saber qual a situação dos SAP, qual é a situação dos Médicos de Consulta. Referiu que no Conselho Municipal de Saúde foi colocada uma situação muito preocupante, dizendo quem tem esses dados que o ano de 2023 poderia passar sem grandes sobressaltos, mas o que se perspetiva para 2024 é a aposentação de dois desses médicos e temos três a fazer esse serviço de Consulta Aberta. A acrescentar a isto, mais duas questões graves do seu ponto de vista, a questão da VMER e que considera que também se devia juntar à reclamação de Protesto, pois aconteceram dois casos graves, trágicos, com mortes que não obtiveram resposta, dizendo que não se sabe dos restantes casos que não tiveram mortes, felizmente. É sua opinião que, na maior parte das situações, a VMER não funciona, pelo que disse que têm de denunciar esta situação. Prosseguiu, dizendo que foi levantada outra questão relacionada com a maternidade do Hospital Distrital da Guarda e de outros Serviços de Urgência que, muitos dos dias não têm profissionais de saúde, concretamente em Ortopedia e Oftalmologia, Cardiologia e outros. Pensa que não se deve ficar por aqui no Voto de Protesto e sim, deveriam reiterar aquilo que já foi solicitado e exigir uma resposta concreta às duas questões que levantaram, acrescentando se a Assembleia assim o entender a questão da VMER e do encerramento de serviços de urgência de especialidades no Hospital Distrital. É de opinião que é oportuno e urgente redigirem novo Voto de Protesto.

→  
MARIA  
Lanes.

Interveio o senhor Leandro Morgado para dizer e no sentido de complementar as palavras do Presidente da Assembleia, que estão também comprometidas as consultas de Saúde Familiar, concluindo que neste momento está tudo comprometido, pelo que pede urgência numa resolução e pede para se ver esta situação já, no imediato.

MARTINHO  
Lina S.

Interveio novamente a Doutora Maria Helena, dizendo que percebe a impaciência do Presidente da Assembleia, mas diz que isto é como a questão do “copo meio cheio e do copo meio vazio”. Não haver resposta ou haver resposta, para ela, ter havido uma resposta já é alguma coisa e conhecendo o trabalho de quem está a tratar destas questões ela considera que vai haver resposta, mas terão que lhe dar tempo pois a nova estrutura está ainda a começar e estamos já no fim do ano, pelo que não lhe parece assim tão catastrófico não se ter tido essa resposta até agora. Fundamenta mais uma vez que é importante enquanto concelho, fornecer-se a melhor argumentação de uma forma positiva para ajudar a resolver a situação. Concorde com uma nova carta, mas sem agressividade, pois as pessoas estão a chegar e precisam do mínimo de tempo para resolver as coisas e independentes de questões partidárias.

Interveio o Presidente da Assembleia, para dizer à Doutora Maria Helena que, tal como já o referiu naquela Assembleia, a sua bandeira é o concelho e não quer saber de quem está no Governo, defendendo que sempre foi a sua posição, referindo que também não quer agressividade, mas também diz que não podemos atuar com passividade. Mais diz que, e citando “quando falou no copo meio cheio meio vazio, agindo com passividade, levamos com respostas destas”. Concluiu, sugerindo que este assunto e a redação da carta de Voto de Protesto seja amadurecida e concretizada na próxima sessão da Assembleia Municipal, dando tempo ao Governo para se organizar e definir o Orçamento para 2023, procurando a concordância dos membros com esta posição, ao que na sua maioria mostraram concordância.

A senhora Tânia Martinho questionou se não existe uma pessoa que faz parte da ARS e que integra o Conselho Municipal de Saúde, ao que o Presidente respondeu que faltou à última reunião. Deu a sugestão de se tentar, primeiramente, obter uma resposta da ARS, para se poder ter já uma resposta mais regional a estas questões, na eventualidade até da própria ARS conseguir resolver o problema.

Interveio o senhor João Fabião para perguntar se a carta inicial foi também enviada para a ULS Guarda e para ARS Centro, ao que lhe respondeu o Presidente da Assembleia que a mesma foi enviada para todas as entidades e que até à data não obtiveram nenhuma resposta, à exceção da do Ministério da Saúde. O Presidente da Assembleia fez o reparo, dirigindo-se à Doutora Maria Helena de que, do porquê de ter mencionado que achou uma desconsideração porque, inclusive, a carta foi enviada pela Chefe de Gabinete e que ele saiba, o Ministro pode delegar competências, mas não na Chefe de Gabinete, crê.

Prosseguiu o senhor João Fabião no sentido de sugerir que primeiramente a carta seja enviada às entidades regionais, aguardando a sua resposta.

---

### III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que, nos termos do disposto no artigo 49.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o Regime

Jurídico das Autarquias Locais fixava-se o período de intervenção aberto ao público, lembrando que este período está contido no Regimento da Assembleia Municipal de Almeida, nos pontos 1 e 3, do artigo 20.º, sendo dado 5 minutos a cada intervenção, não podendo exceder um total de 30 minutos, solicitando, de seguida, a cada um dos intervenientes que identifique, de forma clara, o assunto a tratar.

5  
M. T. T. T.  
Lana S.

Inscreeveu-se como cidadão, o senhor João Filipe Coelho para questionar o senhor Presidente da Câmara se está previsto alguma reparação das ruas não pavimentadas e quando serão feitas. Devido a estes períodos de chuvas o estado das ruas degradou-se muito e encontram-se num estado que considera indigno para os moradores e utilizadores das mesmas.

O senhor Presidente da Câmara respondeu que estão projetos em andamento, que espera que tenham resolução para se poderem fazer essas intervenções. Quanto à questão que está a levantar, disse que estava presente o Diretor de Departamento que vai registar para poder responder. Mais disse, que em relação à questão da saúde, que gostaria de poder falar depois com a Doutora Helena Alves para se inteirar do seu projeto e da possibilidade de se poder implementar. Não quis deixar de louvar a atitude da Doutora Maria Helena de querer colaborar e arranjar soluções para o concelho. É verdade que depois é preciso articular com as instituições, tal como o protocolo que têm com a Fundação Álvaro Carvalho que vai mais além e não é tão utilizado porque ainda continua a haver alguma relutância no funcionamento das instituições. Crê que também têm medo de serem ultrapassadas. Os problemas que há de pneumologia e problemas que há no atendimento não querem ser admitidos e podiam até ser resolvidos com a ajuda da Fundação. Disse que podem trabalhar e está aberto para poder trabalhar naquela ideia. Menciona e refere o Regulamento criado e pensado no sentido de dar regalias a médicos que se possam deslocar e se queiram aqui fixar. Na realidade, existe uma pessoa nessa situação e que está a usufruir do regulamento que foi aprovado, estando o Município a ajudar na renda e na aquisição, que do seu ponto de vista é uma grande regalia, mas que não é suficiente para atrair médicos. As conversas com a ULS e da ARS já foram feitas, verbalmente, em reuniões, deste problema da fixação de médicos. Mais disse que temos três médicos perto da idade da reforma e os médicos que garantem o funcionamento da Consulta Aberta são médicos que estão contratados precariamente e alguns deles até estão em concursos para irem para outros hospitais. Se é difícil trazer médicos para o Hospital da Guarda, quanto mais para o Centro de Saúde de Almeida e Vilar Formoso, dizendo que tem de haver uma mudança muito grande para isso acontecer, voltando a agradecer a disponibilidade da Doutora.

---

#### APROVAÇÃO EM MINUTA

---

Lavradas e lidas as deliberações constantes desta ata, foram aprovadas em minuta, para efeitos de execução imediata, pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António Baptista Ribeiro, ficando aprovada, por unanimidade, a minuta desta ata da Assembleia Municipal de Almeida, em ordem ao preceituado no n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Foram colocados os pontos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 a votação em minuta, tendo sido os mesmos aprovados, por unanimidade, para produzir efeitos imediatos e executórios.

---

ENCERRAMENTO

---

Antes de encerrar a sessão, o Presidente da Assembleia solicitou ao membro João Fabião a Declaração de Voto, informando-o que segundo o ponto 3, do artigo 28.º do Regimento da Assembleia Municipal, as declarações de voto escritas são entregues na mesa até ao final da reunião. O senhor João Fabião disse desconhecer esse artigo, pelo que retirava a sua Declaração de Voto, uma vez que as suas manifestações ficarão em ata, deixando como nota ao senhor Presidente da Assembleia "um bocadinho mais de democraticidade nesta Câmara que se exige, com um bocadinho menos de arrogância e de sinais de demonstração corporal relativamente a alguns pedidos que foram ali feitos".

O senhor Presidente da Assembleia disse que nem sequer merecia resposta e concluiu, desejando a todos um Feliz Natal e um Ano de 2023 com menos arrogância e com muita saúde, muita paz, que terminem os problemas da pandemia e das guerras.

Nada mais havendo a tratar nesta sessão, eram catorze horas e quinze minutos, do dia 19 de dezembro de dois mil e vinte dois, quando o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Almeida, deu por encerrada a presente sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte, pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António Baptista Ribeiro, pelo Segundo Secretário, Mariana de Almeida Estevão e por mim, Lara Gomes Silva, que a subscrevi.

O Presidente da Mesa

João Baptista Silva

O Segundo Secretário

Mariana

A Assistente Técnica

Lara Gomes Silva



07-1  
MATEO  
lane S.

## VOTO DE PROTESTO

(PARA CONSTAR DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIDA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022)

O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Almeida, vem apresentar um **voto de protesto**, relativamente ao pedido efetuado de informação/documentação referente à empreitada “**Revitalização da Zona Comercial de Vilar Formoso**”, devido ao facto de não ter sido atempadamente e devidamente respondido até esta data.

Em **21 de junho de 2022**, na Assembleia Municipal, foi feito o pedido de informação/documentação ao Sr. Presidente da Câmara, que nos solicitou que o mesmo fosse remetido por email, para facilitar o seu encaminhamento.

A **12 de julho de 2022** foi enviado o email por parte do grupo municipal, dirigido ao Sr. Presidente da Câmara, solicitando os elementos.

A **28 de julho de 2022** recebemos um email do Sr. Eng.º Francisco Bilhota Xavier (Diretor do Departamento Técnico), em resposta ao pedido efectuado, mas com documentação relativa à empreitada “Reparação do Sistema de Drenagem e Pintura do Pavilhão Gimnodesportivo de Almeida”. Esta mesma empreitada já tinha sido alvo do pedido de informação/documentação apresentado na reunião da AM de 26 de abril de 2022. Tendo sido reforçado na reunião de AM de 21 de junho e enviado, também, por email, ao Sr. Presidente da Câmara, em 12 de julho.

No dia **1 de agosto de 2022** recebemos novo email do Sr. Eng.º Francisco Bilhota Xavier (Diretor do Departamento Técnico), admitindo o lapso da comunicação anterior, mas sem qualquer resposta ao pedido de informação/documentação da empreitada “Revitalização da Zona Comercial de Vilar Formoso”.

A **21 de setembro de 2022**, enviámos novo email dirigido ao Sr. Presidente da Câmara, reforçando o pedido e dando conta que até à data não tínhamos obtido qualquer resposta.

A **27 de outubro de 2022**, voltámos ao contacto, com mais um email, dirigido ao Sr. Presidente da Câmara, onde registámos o desagrado por volvidos 4 meses, não termos, ainda, obtido qualquer resposta.

Pág. 1 de 2



o -  
VOTO  
Lanes.

Recebemos um email a **2 de novembro**, remetido pelo Sr. Eng.º Vitor Rodrigues, com um link que possibilitaria o acesso aos ficheiros, mas onde constavam, somente, as peças escritas e desenhadas relativas à empreitada, sem a restante documentação solicitada.

A **10 de novembro**, respondemos ao email do Sr. Eng.º Vitor Rodrigues, com conhecimento do Sr. Presidente da Câmara, dando conta que a informação/documentação se encontrava incompleta.

Volvidos 6 meses, hoje **19 de dezembro de 2022**, decidimos apresentar nesta Assembleia Municipal, um voto de protesto, perante a constante falta de resposta, por parte da Câmara Municipal, com critério e rigor, aos pedidos efetuados pelo Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal.

De acordo com Estatuto do Direito à Oposição, lei 24/98, o direito à informação está bem explícito no seu artigo 4.º, sendo que o Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Almeida exige que o mesmo seja cumprido ou terá que agir em conformidade, de acordo com a lei, junto das entidades competentes.

Na mesma lei, no seu artigo 10.º, é definida a obrigatoriedade de, até ao final de março do ano subsequente, elaborar o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da presente lei. Não encontramos publicitada tal obrigação.

Este é um assunto de extrema importância para o Partido Socialista, pois trata-se de um instrumento de trabalho para todos que, não só, possibilita a avaliação, fiscalização e deliberação, mas cumpre os deveres para os quais fomos eleitos. Para além de contribuir como um dos meios mais úteis para a transparência democrática.

Almeida, 19 de dezembro de 2022

O Coordenador do Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Almeida,

(João Filipe Saraiva Coelho)



Freguesia de Vilar Formoso  
Rua do Externato nº11 6355-265  
Vilar Formoso

*Maria  
Lares.*

Assembleia Municipal de 19/12/2022

### DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Declaração de Voto

Em relação a este processo a Freguesia de Vilar Formoso, antes de proceder à votação pretende registar que:

- No Início do ano de 2022, foi realizada reunião na Câmara Municipal de Almeida, com a presença de todos os representantes das Juntas e Uniões de Freguesia do Concelho de Almeida, onde foi apresentada uma proposta inicial referente ao processo de Delegação de Competências, para ser analisada, discutida e posteriormente aprovada, dado tratar-se de um processo que entrou efetivamente em vigor em janeiro de 2022, mas que já decorria desde 2018 com a entrada em vigor da Lei 50/2018 - Lei quadro da Transferência de Competências para as Autarquias locais e entidades intermunicipais, reforçada em 2019 com o Decreto Lei 57/2019.
- Apenas em junho de 2022 se efetivou a referida proposta, sendo que, as Juntas e as Uniões de Freguesia do Concelho de Almeida recusaram a proposta apresentada pelo Município, tendo acordado e concordado que uma nova ronda negocial fosse realizada com intervenção direta das respetivas Associações de Freguesia.
- Em sede de Reunião de Executivo de 6/09/2022, na qual eu estive presente, o Sr. Presidente da Câmara apresentou para aprovação dois mapas financeiros, que pese embora não ter realizado qualquer esclarecimento prévio sobre os mesmos, foram ambos votados e aprovados apenas com a abstenção de um dos vereadores do PS.
- Em 16/09/2022 foi recebido pela Junta de Freguesia um email, referente a uma nova proposta para Transferência de Competências, que incluía apenas um dos mapas financeiros aprovados em 6/9/2022 na já referida Reunião de Executivo Municipal.

Anexo 2 – Declaração de Voto da Junta de Freguesia de Vilar Formoso – Delegação de Competências, pág.

1 de 5



Minuta  
Lanes-

- Cumprindo os prazos estabelecidos no DL 57/2019 que rege, a Transferência de Competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias (10 dias uteis), a Junta de Freguesia de Vilar Formoso, após deliberação em sede de reunião extraordinária de executivo de 19/09/2022, ratificada em Assembleia de Freguesia de 23/09/2022, decidiu por unanimidade recusar a proposta apresentada pelo Município de Almeida, comunicando esta decisão a 25/09/2022, e enviando nessa mesma data uma contraproposta cujo Mapa Financeiro é totalmente idêntico a um dos que foi aprovado em Reunião de Executivo de 6/9/2022, e proposta da Minuta de Transferência de Competências, pese embora o Executivo do Município de Almeida, e essencialmente o Sr. Presidente do Município, continuar a confundir valores a atribuir a Assistentes Operacionais e a Assistentes Técnicos com os valores a atribuir por cada uma das delegações de competências transferidas para as Juntas de Freguesia.

- Ao abrigo do nº3 do Artº 5, do mesmo DL o Município de Almeida teria que no prazo de 30 dias corridos, após receber a contraproposta da Junta de Freguesia ter submetido a mesma para reunião de câmara a fim de ser realizada a sua apreciação e deliberação, situação que lamentamos, pois demonstra a forma descuidada e leviana como este processo está a ser conduzido por esta entidade.

- Tratando-se de uma questão deveras importante para os desígnios das Juntas de Freguesia, e pelo peso desta variável no Orçamento para 2023, o Executivo desta Junta reforçou em 27/10/2022, por email, o seu descontentamento e principalmente preocupação pela ausência de resposta por parte do Município dentro do período estabelecido legalmente para o efeito e pelas dúvidas que levantadas em relação ao modo como o Município de Almeida irá realizar as transferências das verbas, que até aqui tem feito diretamente para as Associações de Freguesias, quando as mesmas estão proibidas por lei e uma vez que os valores em causa também não podem ser transferidos para as Juntas de Freguesia por falta de acordo no que respeita à transmissão/aceitação e reversão de Competências.



Freguesia de Vilar Formoso  
Rua do Externato nº11 6355-265  
Vilar Formoso

*M. I.  
M. I.  
Lanes.*

- A resposta recebida a 28/10/2022 em email do Sr. Presidente do Município, deixou-nos ainda mais preocupados, quando a justificação para a não resposta atempada se prende com a falta de receção dos documentos e cópias das atas correspondentes a este processo de aceitação, por parte de algumas freguesias.... isto, quando se trata de um processo de negocial, realizado entre o Município e cada uma das suas Freguesias individualmente, não podendo pôr em causa, os princípios da universalidade, igualdade e proporcionalidade.

- Reforçamos que o tratamento dado pelo Município a esta questão é ainda mais estranho, pelo fato de a contraproposta apresentada, sendo em tudo igual em termos de contrapartidas financeiras a uma das que foi aprovada em sede de reunião de Executivo Camarário, presumivelmente não ter sido aceite pelo Sr. Presidente da Câmara, conforme email recebido.

- Quanto a algumas dúvidas levantadas sobre quais as atividades desenvolvidas pela Freguesia de Vilar Formoso que justifiquem a contraproposta avançada, foi ainda, indicado ao Sr. Presidente da Câmara, a título de exemplo, o fato de haver diversos trabalhos realizados pela Junta de Freguesia da responsabilidade da Câmara, tais como a organização e gestão da Feira Mensal, limpeza e manutenção de espaços públicos, manutenção e limpeza da Ribeira dos Tourões, que se tratam de competências que o Município considera relacionadas com os valores a atribuir por Assistente Operacional e no caso de Vilar Formoso o valor atribuído às mesmas é de 0€.

Na falta de acordo e conforme indicado no nº6 do artigo 5º, do Decreto Lei 57/2019, quer dos Executivos (Câmara e Junta) quer das Assembleias (Municipal e de Freguesia) este processo terá que ser reiniciado com vista a um entendimento por ambas as partes, tendo a Junta de Freguesia mostrado desde logo interesse e disponibilidade para reiniciar as negociações com o Município, colocando inclusive as suas instalações ao dispor, para a realização de reunião.



Freguesia de Vilar Formoso  
Rua do Externato nº11 6355-265  
Vilar Formoso

MARTINHO  
Lopes

Sem ter tido qualquer contacto por parte do Município desde então, verificamos que a contraproposta apresentada pela Freguesia de Vilar Formoso, foi submetida parcialmente, isto por que não foi facultado a proposta de minuta enviada com a restante documentação a 25/09, para apreciação em Reunião de Executivo Camarário de 15/11, onde efetivamente foram analisadas e aprovadas as propostas aceites pelas freguesias do concelho à exceção de Almeida e Vilar Formoso.

Constatámos ainda, que a nossa contraproposta, mantendo-se a documentação incompleta, foi inserida na documentação enviada para esta Assembleia Municipal pese embora não ter sido alvo de aprovação em sede de Reunião de Executivo Camarário, pelo que a nossa expectativa é enorme face ao que se pretende com esta situação.

Acreditamos que se o Sr. Presidente do Município de Almeida, mesmo não tendo cumprido os prazos legais estabelecidos para o efeito, teve tempo para articular e realizar uma reunião com o Executivo da Freguesia de Vilar Formoso, que permitisse através de um verdadeiro processo negocial e não como até aqui, via negociação imposta, chegar a um consenso em relação a este tema, antes da marcação desta Assembleia Municipal.

O Executivo da Freguesia de Vilar Formoso irá sempre ter em conta os aspetos legais, cumprindo e atuando de acordo com a Lei nº50/2018 e DL nº57/2019, sempre mostrando disponibilidade para negociar com o Município, sem nunca colocar em causa os interesses desta freguesia.

Quanto à votação das propostas aqui presentes e uma vez que as mesmas foram negociadas individualmente, aceites em consciência e aprovadas pelas respetivas Juntas e Uniões de Freguesias e retificadas ena Respetivas Assembleias de Freguesia, mesmo considerando que o processo, as decisões e o caminho traçado até esta data não foi o mais correto e inclusive colocando a possibilidade da existência de ilegalidades quer a nível processual, quer na sua apresentação e formalização, o representante nesta Assembleia da Freguesia de Vilar Formoso, vota a favor destas mesmas aprovações.

De igual modo, tendo a contraproposta da Freguesia de Vilar Formoso resultar de um processo negocial e uma vez que a documentação referente



Freguesia de Vilar Formoso  
Rua do Externato nº11 6355-265  
Vilar Formoso

→  
MATEUS  
Lanes

à mesma foi apresentada também a esta Assembleia, solicitamos ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que esta seja votada da mesma forma, cumprindo assim os pressupostos dos princípios da universalidade e da equidade que se encontram descritos quer na Lei 50/2018, quer no consequente Decreto-lei 57/2019.

Almeida, 19 de dezembro de 2022.



Freguesia de Vilar Formoso  
Rua do Externato nº11 6355-265  
Vilar Formoso

S. I.  
MARTIN  
Leira-S.

## Orçamento para 2023

### Declaração de voto:

Gostaria de começar, mais uma vez, por desafiar o Sr. Presidente da Câmara, a identificar nesta proposta de orçamento para 2023, quais os projetos que considera estruturais e essenciais para o desenvolvimento do concelho de Almeida e de Vilar Formoso em particular. Isto, porque pese embora um aumento de 6,5% do orçamento, não se verifica qualquer investimento representativo de qualquer aposta na criação de emprego, empreendedorismo, políticas de fixação e captação de população, ao nível da saúde, educação, do turismo, da agricultura, da cultura na sua essência, etc.

Quanto a Vilar Formoso, quando comparamos o Orçamento apresentado para provação em 2022 com o apresentado neste momento para 2023, não podemos deixar de constatar o desinvestimento projetado para aquela que continua a ser, apesar de tudo, a principal fronteira terrestre de Portugal.

Isto porque em comparação com as obras projetadas para o Concelho onde os custos de execução/construção praticamente duplicam, em Vilar Formoso os valores dos projetos como o da Vivenda Maribel, a passagem desnivelada junto à estação de caminhos de ferro, o Centro de Interpretação da Fronteira, o Núcleo Museológico Ferroviário, Centro de Acolhimento de Refugiados, sofreram reduções consideráveis no orçamento ou simplesmente desapareceram!!!

- Sobre o Parque TIR e a tão afamada nova ligação a Vilar Formoso não vamos tecer comentários. Tudo na mesma. Projeto de projeto que há de dar noutro projeto e assim vamos perdendo tempo e a capacidade para captar e receber os motoristas em condições condignas e promovendo e potenciando o seu afastamento de Vilar Formoso.



o  
m  
lancs.

- Neste aspeto ressaltar que continuamos a aguardar pela recuperação das instalações sanitárias junto à Fronteira, orçamentadas há anos, mas sem evolução.

- As obras em curso na Rua do Comércio teimam em terminar sem que qualquer justificação seja feita, verificando apenas a necessidade de recorrer a um reforço de verbas possivelmente para retificar os passeios disfuncionais, uma rotunda mal projetada, papeleiras em granito, muros e mais muros em pedra. Situação esta que se reflete também ao nível da Incubadora de Empresas.

- Por outro lado, não se compreende como é que os investimentos aprovados via Orçamento Participativo há já alguns anos, continuam sem sair do papel, como são o caso da Valorização Taurina do Largo da Ribeira, o Campo de Padel, reabilitação de campos de Ténis, e mais curioso verificar, mais uma vez, que os valores orçamentados para 2023 em comparação com os de 2022, apresentam uma redução significativa. (comprovativo desta situação em anexo).

Projetos como o reservatório elevado do Alto dos Pinhos cujo valor orçamentado também reduziu em 50m€ face a 2022, e o plano de revitalização da Ribeira dos Toures, esta sem investimento previsto nos próximos 4 anos, devem ser considerados prioritários, ainda mais quando temos exemplos muito recentes como exemplos da necessidade de intervenção neste espaço com a maior urgência possível. Relembramos que as intervenções existentes ao longo destes anos foram sempre a cargo da Junta de Freguesia, pese embora as limitações de recursos o que limita o âmbito, a eficácia e eficiência das mesmas.

De igual forma, que não podemos deixar de esquecer as promessas eleitorais referentes à requalificação do caminho das minas, pavimentação da Rua Santa Rita de Cássia e da Rua 8 de dezembro às quais o orçamento para 2023 apenas faz referência ano após ano.

Face à sua importância a nível económico e social para todo o concelho de Almeida e especificamente para a população e comércio de Vilar Formoso, é incompreensível como a reorganização do espaço da feira mensal continua a não ser uma prioridade para este executivo municipal. Este sim, seria um investimento importantíssimo para o concelho, uma vez tratar-se de um dos



Freguesia de Vilar Formoso  
Rua do Externato nº11 6355-265  
Vilar Formoso

com  
MATEIRO  
lane S.

eventos que mais comparticipa para o desenvolvimento económico e social de Vilar Formoso e do próprio Concelho de Almeida, pelo que deveria ser potenciado, proporcionando melhores condições aos feirantes, aos visitantes e envolvendo e promovendo também o comércio local no seu todo.

No que respeita ao processo em curso de Delegação de Competências, e uma vez que o Município de Almeida ainda não chegou a acordo com todas as Freguesias para a Reversão/transfêrência das mesmas, não compreendemos e temos sérias dúvidas quanto à forma e até legalidade em como os valores em causa foram inseridos e estão refletidos neste Orçamento.

Tendo em conta tudo o que foi descrito, o sentido de voto do representante da Freguesia de Vilar Formoso nesta Assembleia Municipal, não podia ser outro, se não, um voto contra o Orçamento de 2023, esperando que na elaboração/construção do orçamento para 2024 o Executivo do Município tenha em consideração, consulte e peça a opinião da Junta de Freguesia de Vilar Formoso antes de o apresentar a votação.

Almeida, 19 de dezembro de 2022.

de 10/2023  
 10/2023  
 10/2023

Município de Almeida - CMA

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2023

Cód. Proj.	Projeto	Ano / Nº	Ano	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamentária	Forma de Pagamento	Razão	Data (Mês/ano)	Fase do Exec.	Realizado	Total	Despesas					Total previsto (b) = (a) + (c) + (e) + (f) + (g) + (h) + (i)					
													RP	RG	UE	EM	2023		2024	2025	2026	2027	2028 e seq.
<b>Funções Sociais</b>																							
2	5.2											30.700	30.000	50	50			30.100					
2	5.2	2020/00		0102	07030504	1	02	01/2020	12/2026	1		15.700	15.000	50	50			15.050					
2	5.2	2020/01		0102	07030508	1	02	01/2020	12/2026	1		23.000	23.000	50	50			23.700					
2	5.2	2020/02		0105	07030504	1	02	01/2020	12/2026	1		8.350	8.350	50	50			8.650					
2	5.2	2020/03		0105	07030505	1	02	01/2020	12/2026	1		60.000	60.000	60.000	60.000			60.000					
2	5.2	2020/06		0105	06020505	2	03	01/2020	12/2026	1		3.690	3.690	50	50			7.530					
2	5.2	2021/00		0105	07030504	1	02	01/2021	12/2026	1		50	50	50	50			750					
2	5.2	2021/02		0105	020219	2	05	01/2021	12/2027			4.920	4.920	4.920	4.920			24.600					
2	5.2	2022/00		0102	0703030402	1	02	01/2022	12/2026	1		50	50	50	50			750					
2	5.2	2022/02		0301	07011511	1	02	01/2022	12/2026	1		75.000	75.000					75.000					
2	5.2	2022/03		0109	07011513	1	02	01/2022	12/2023	1		20.000	20.000					20.000					
2	5.2	2022/39		0109	070103004	1	02	01/2022	12/2026			50	50	50	50			350					
2	5.2	2022/43		0102	070305056	1	02	01/2022	12/2026			50	50	50	50			250					
2	5.2	2022/56		0109	07011505	1	02	01/2022	12/2026	1		50	50	50	50			200					
2	5.2	2022/5003		0108	040701	2	05	01/2022	12/2026	1		70.000	70.000	70.000	70.000			300.000					
<b>Totais do Programa 5.2:</b>											1.375.960	1.375.960	1.644.360	540.570	130.620	140.570	4.361.160						
<b>Totais do Objetivo 2:</b>											0	4.145.309	4.145.309	0	3.304.110	2.133.870	1.506.370	1.370.920	0	12.460.275			
<b>Funções Econômicas</b>																							
3	1.0											15.000	15.000	25.000	30.000	35.000		125.000					
3	1.0	2013/5013		0105	060203033	2	03	04/2013	12/2026			50.000	50.000	25.000	130.000	50		203.000					
3	1.0	2022/7		0102	070103001	1	02	01/2022	12/2026			95.000	95.000	45.000	130.000	35.050		305.950					
<b>Totais do Programa 1.0:</b>											15.000	15.000	70.000	25.000	30.000	35.000	125.000						
3	2.0	2006/76		0301	0703030401	2	02	01/2016	12/2026	4		5.000	5.000	5.000	5.000			25.000					
3	2.0	2006/101		02	042019	09/2026	1	02	04/2019	09/2026	1	106.000	106.000	50	50			106.150					



INSCRIÇÃO
   
 UNES

Município de Almeida - CMA

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2022

Obj/Prog	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Formal de Realiz.	Fonte Financeira (%)			Reso.	Orç. (Mês/Ano)	Início	Fim	Despesas					Total previsto (a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)+(j)																
					RP	RC	UE					EM	2022	2023	2024	2025		2026	2027 a seg.														
												2022		Anos seguintes																			
												Total		2023		2024		2025		2026		2027 a seg.											
												(b)+(c)+(d)		(e)		(f)		(g)		(h)		(i)+(j)+(k)											
<b>Funções Sociais</b>																																	
2	5.2	2020/03	OPJ2019 - Reabilitação do Campo de Tênis, em Vale 0109 0701040605	1	100			02	01/2020	12/2026			15 000	15 000	50	50	50	50	50	50	50	50	15 200										
2	5.2	2020/0301	O Concelho Sente o Desacordo	0109 0802030501	2	100		03	01/2020	12/2026			60 000	60 000	60 000	60 000	60 000	60 000	60 000	60 000	60 000	60 000	300 000										
2	5.2	2020/0206	OPJ2019 - Torneio Inter-Freguesias de Futsal	0109 0903030528	2	100		03	01/2020	12/2026			3 690	3 690									7 380										
2	5.2	2021/20	Parque Recreativo de Leomil	0109 0703030504	1	100		02	01/2021	12/2026			50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	250										
2	5.2	2021/5002	Assistência Técnica/Gestão e Manutenção de Equipamentos	0110 020219	2	100		05	01/2021	12/2026			3 500	2 500	2 500	2 500	2 500	2 500	2 500	2 500	2 500	2 500	12 500										
2	5.2	2022/22	Parque de Mirandas na Ribeira das Calbas - Freixo	0102 0703030502	1	100		02	01/2022	12/2026			50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	250										
2	5.2	2022/28	Substituição do Pavimento da Ciclovia no Topo do Fosso da Fortaleza de Almeida	0301 07011511	1	100		02	01/2022	12/2026			75 000	75 000	75 000	75 000	75 000	75 000	75 000	75 000	75 000	75 000	375 000										
2	5.2	2022/30	Reparação das Tintas Falsas e da Iluminação da Piscina de Vale Formoso	0109 07011513	1	100		02	01/2022	12/2023			50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	100										
2	5.2	2022/31	Reparação do Quadro Elétrico da Piscina de Almeida	0109 07011514	1	100		02	01/2022	12/2024			10 650	10 600	10 600	10 600	10 600	10 600	10 600	10 600	10 600	10 600	50 650										
2	5.2	2022/39	Requalificação da Sala Convívio de Castelo Mendo	0109 0701030204	1	100		02	01/2022	12/2026			50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	250										
2	5.2	2022/43	Zona de Lazer Junca - Naves	0102 0703030509	1	100		02	01/2022	12/2026			50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	250										
2	5.2	2022/56	Respondei em Vale da Mula	0105 07011505	1	100		02	01/2022	12/2026			50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	250										
2	5.2	2022/5003	Instituições sem Fim Lucrativos	0105 040701	2	100		05	01/2022	12/2026			75 000	75 000	75 000	75 000	75 000	75 000	75 000	75 000	75 000	75 000	375 000										
												Totais do Programa 5.2.		134 153		600 590		600 590		0		3 821 115		3 799 625		4 003 825		3 819 525		0		19 369 776	
												Totais do Objetivo 2.		239 296		3 878 390		3 878 390		0		3 821 115		3 799 625		4 003 825		3 819 525		0		19 369 776	
3	1.0	2013/0013	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca										25 000	25 000	25 000	25 000	25 000	25 000	25 000	25 000	25 000	25 000	125 000										
3	1.0	2022/2	Ações à atividade agrícola	0105 0602030533	2	100		03	04/2013	12/2026			25 000	25 000	25 000	25 000	25 000	25 000	25 000	25 000	25 000	25 000	125 000										
3	1.0	2022/2	Armazen e Leite de Gado Bovino e Ovino	0102 0701030301	1	100		02	01/2022	12/2026			50 000	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000	250 000										
												Totais do Programa 1.0.		75 000		75 000		75 000		75 000		75 000		75 000		75 000		75 000		300 000			
3	2.0	2005/76	Indústria e Energia										1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	5 000										
3	2.0	2006/101	Ampliação de Redes de Iluminação Pública	0301 0703030401	2	100		02	01/2019	12/2026			1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	5 000										
3	2.0	2015/16	Eficiência Energética nas Termas de Fonte Santa em Almeida	0102 07011501	2	100		02	04/2019	09/2026			158 730	158 730	158 730	158 730	158 730	158 730	158 730	158 730	158 730	158 730	311 610										
3	2.0	2016/1	Melhoria Iluminação entre Pousadas e Portas de Santo António em Almeida	0301 0703030407	1	100		02	11/2017	04/2021			15 730	15 730	15 730	15 730	15 730	15 730	15 730	15 730	15 730	15 730	63 110										
3	2.0	2016/5003	Melhoria da Rede Elétrica da Rua Principal-C.Born	0301 0703030408	1	100		02	08/2018	09/2021			800 000	800 000	800 000	800 000	800 000	800 000	800 000	800 000	800 000	800 000	3 200 000										
3	2.0	2016/5003	Fornecimento de Energia Elétrica-BTN, BTE E MT	0102 020201	2	100		03	08/2018	12/2026			751 000	751 000	751 000	751 000	751 000	751 000	751 000	751 000	751 000	751 000	3 000 000										

#### DECLARAÇÃO DE VOTO DE VENCIDO

(PARA CONSTAR DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIDA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022)

Os deputados municipais eleitos pelo Partido Socialista, ao abrigo do artigo 93º da Lei n.º 169/99, vêm fazer a sua **declaração de voto de vencido** à proposta do ponto 14, Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023, invocando as seguintes razões:

- Reconhecemos que constam do orçamento projetos que consideramos prioritários, mas sem a devida dotação orçamental necessária para a sua realização. Uma prática que continua a ser recorrente, o que leva a que haja projetos com décadas sem qualquer previsão da sua execução;
- A falta de investimento em áreas onde os municípios assumem novas competências, como é o caso da Saúde e da Educação, e a ausência de um plano de intervenção a nível da Reabilitação Urbana e dos problemas de Habitação;
- É para nós incompreensível a ausência de investimento relacionado com os fundos disponíveis no âmbito do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal.

Em conformidade com os nossos princípios ideológicos e políticos, na visão que ambicionamos em termos estratégicos para o nosso concelho, não nos revemos na proposta orçamental apresentada, nem para o ano de 2023, nem no seu prolongamento no quadro plurianual. Aliás, esta é, para nós, a premissa fundamental, que se manteve do ano transacto para a votação atual, onde a alteração de rumo e de estratégia do concelho não é para nós visível em termos orçamentais ou de projetos apresentados. Tornando-se ainda mais gravoso, quando no próprio preâmbulo enunciado nos documentos previsionais deste orçamento, encontramos um vazio de mensagem, um espírito conformista redutor e pouco ousado, até na forma como extravasa as suas próprias limitações.



MARISTO  
LAVAS.

Almeida, 19 de dezembro de 2022

Os Deputados Municipais eleitos pelo Partido Socialista,

Maria Helena Dias Alves

João Filipe Saraiva Coelho

Tânia Sofia Martins Martinho

Jaime Luís Sieiro Varelas

António José Vieira de Frias

Maria Manuela dos Santos Veiga e Paulo

Sara Maria Fernandes Pires Correia

João Silvestre Alexandre Fabião

E a SR. Presidente de junta de Freguesia de Almeida

SÓNIA CUNHA